

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

JOCIELE FERNANDES DOS SANTOS MIRANDA

MÍDIA E CONSUMO INFANTIL: POSSIBILIDADES DIDÁTICAS PARA O ENSINO
NOS ANOS INICIAIS - EDUCAÇÃO BÁSICA

PONTA GROSSA
2022

JOCIELE FERNANDES DOS SANTOS MIRANDA

MÍDIA E CONSUMO INFANTIL: POSSIBILIDADES DIDÁTICAS PARA O ENSINO
NOS ANOS INICIAIS - EDUCAÇÃO BÁSICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual de Ponta Grossa, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Professora Dra Denise Puglia Zanon

PONTA GROSSA
2022

JOCIELE FERNANDES DOS SANTOS MIRANDA

MÍDIA E CONSUMO INFANTIL: POSSIBILIDADES DIDÁTICAS PARA O ENSINO
NOS ANOS INICIAIS - EDUCAÇÃO BÁSICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Ponta
Grossa como requisito parcial para aprovação no Curso de Licenciatura em
Pedagogia.

Ponta Grossa, 13 de dezembro de 2022.

Professora Doutora Denise Puglia Zanon – Orientadora
Doutora em Educação
Universidade Estadual de Ponta grossa

Professora Mestre Karina Regalio Campagnoli
Mestre em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Professora Doutora Professora Graciete Tozetto Góes
Doutora em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Professora Doutora Professora Viviane Aparecida Bagio
Doutora em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

PONTA GROSSA
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e da saúde, e por ter permitido a realização desse sonho e a superação de todas as dificuldades encontradas ao longo do percurso.

Aos meus pais, irmãos e minha cunhada Yasmin, que estiveram sempre ao meu lado, apoiando, incentivando e motivando. Em especial, ao meu filho Gustavo e meu esposo Jocinei, pela força, carinho, amor e por compreenderem a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

A professora Dra Márcia Barbosa Silva que iniciou esse projeto, compartilhando de seus conhecimentos e materiais. A Prof Dra Denise Zanon por dar continuidade a pesquisa, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

A todos os professores que fizeram parte da minha vida escolar e acadêmica, pelos seus ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo dessa caminhada.

Agradeço às professoras Karina Regalio Campagnol e Graciete Tozetto Góes, por fazerem parte deste trabalho, por aceitar o convite e fazer considerações pertinentes ao trabalho.

À todas as minhas amigas do curso, em especial a Eloize, Caroline, Geiele e Juliane, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica, por estarem ao meu lado, pela amizade incondicional, pelos momentos memoráveis e pelo apoio demonstrado ao longo de todo curso.

As professoras e colegas com quem trabalhei durante esses quatro anos de curso, em memória a Prof Luciane que foi uma grande inspiração de profissional da educação.

Agradeço a Prof Luana, pela amizade incondicional, por fazer parte dessa caminhada, compartilhando de seus conhecimentos e pelo seu apoio e incentivo.

E a todos que contribuíram para realização deste trabalho de forma direta ou indireta.

MIRANDA, Jocielle. F. S. Mídia e Consumo Infantil: Possibilidades Didáticas para o Ensino nos Anos Iniciais - Educação Básica.2022. 80 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar, quais são as proposições didáticas para a formação das crianças ao uso crítico da mídia, a partir do disposto na BNCC - anos iniciais, sobre o seguinte tema: “Educação para o consumo”. Optamos pelo percurso metodológico no viés exploratório de cunho qualitativo, com revisão bibliográfica e análise documental. Desenvolvemos o estudo realizando inicialmente a revisão de literatura sobre mídia e consumo nos anos iniciais da Educação Básica com o recorte temporal entre 2012 e 2022, no qual encontramos 13 trabalhos que identificam a mídia como um fator de influência ao consumo infantil. Para nossa investigação, contemplamos as reflexões sobre mídia, consumo, currículo, planejamento didático e os aspectos relacionados à temática, na BNCC e no Referencial Curricular do município de Ponta Grossa, a partir dos seguintes referenciais: Barbosa (2011); Sacristán (2000); Freire (1994); Buckingham (2010); Bauman (2008) e Gandin (2005). Ao findarmos o estudo, compreendemos que a mídia e consumo são contemplados nos documentos oficiais, entretanto, podem não se materializar considerando a concepção de currículo, infância e criança, pois estes conteúdos não são assumidos pelas instituições escolares, mas perpassam o entendimento de conteúdos transversais. Outrossim, inferimos que ao concebermos a educação na perspectiva emancipatória, é necessário que as temáticas mídia e consumo sejam abordadas no planejamento didático dos anos iniciais, para que na formação das crianças, seja contemplada a análise crítica destas e suas repercussões em suas vidas.

Palavras-chave: mídia e consumo, infância, educação básica, anos iniciais e planejamento didático.

LISTA DE QUADROS

FIGURA 1 - A objetivação do currículo no processo de seu desenvolvimento	33
QUADRO 1 - Competências gerais para a Educação Básica	43
QUADRO 2 - Atividades propostas para o ensino de mídia e consumo	63

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
SME/PG	Secretária Municipal de Educação Ponta Grossa
TCTs	Temas Contemporâneos Transversais
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 EDUCAÇÃO BÁSICA ANOS INICIAIS: A MÍDIA E O CONSUMO INFANTIL	14
1.1 EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL	14
1.2 MÍDIA E EDUCAÇÃO: CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES	20
1.3 CONSUMO VERSUS CONSUMISMO: COMPREENSÕES PARA O ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	25
1.4 CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E CRIANÇA	28
1.5 CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.	30
2 - LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE MÍDIA E CONSUMO NOS ANOS INICIAIS	36
2.1 BNCC: ARTICULAÇÃO COM OS REFERENCIAIS CURRICULARES PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR	37
2.2 BNCC E REFERENCIAL CURRICULAR: APONTAMENTOS SOBRE MÍDIA E CONSUMO	42
2.3 EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA PARA O ENSINO DE MÍDIA E CONSUMO	45
3 O ENSINO SOBRE MÍDIA E CONSUMO NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE O PLANEJAMENTO DIDÁTICO.	51
3.1 O PLANEJAMENTO DIDÁTICO NOS ANOS INICIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	51
3.2 ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA MÍDIA E CONSUMO	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

No primeiro ano, do curso de Licenciatura em Pedagogia, na disciplina de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação, a professora responsável por esta solicitou que as acadêmicas selecionassem, uma temática para a realização de um trabalho acadêmico. Ao refletir sobre, optei pelo estudo sobre consumo infantil, por se tratar de uma vivência com meu filho, pois, observava que nos comportamentos dele diante das mídias havia uma aproximação entre o que ele manifestava e o desejo de adquirir o produto que era exibido.

A partir dessa experiência vivenciada na disciplina, na pesquisa que realizei desenvolvi um olhar mais crítico sobre o consumo e as mídias, assim fazendo relações com as situações que observava durante os estágios não obrigatórios e de como seria importante abordar esses conceitos em sala de aula, sendo possível uma abordagem interdisciplinar entre os conteúdos. Desde então, tornou-se um objeto de meu interesse o estudo sobre a influência que a mídia exerce no consumo infantil. Como é um tema atual e recente no cenário educacional, pretendo desenvolver os estudos sobre este, no trabalho de conclusão de curso.¹

Durante esses quatros anos de curso tive a oportunidade de observar o comportamento do meu filho que desde os 4 anos de idade já tem contato com as mídias, nesse tempo analisei como as mídias interferem em seus gostos, preferências, modo de pensar, vocabulário, roupas, calçados, brinquedos, atitudes e no desejo de querer comprar algo. No momento atual meu filho tem 8 anos, e durante esses quatros anos ele ainda continua persistente ao desejo de comprar algo que aparece nas propagandas, todos os dias é lançado algo novo e ele vem me mostrar com argumentos porque aquilo é necessário, percebo que há um grande incentivo das mídias no consumismo infantil.

Para Souza (2014, p.3) “ Sob a ótica empresarial o mercado é formado por crianças cada dia mais informadas devido ao acesso da internet, televisão, e só consome o que lhe agrada sem imposições e muitas vezes decidem as compras já que acompanham seus pais nos supermercados.” E isso vai muito além de uma

¹ Na introdução deste trabalho de conclusão de curso, a redação se faz uso na primeira pessoa do singular, considerando que apresentamos as relações da autora com o objeto de estudo, a partir da experiência familiar e na prática pedagógica no exercício da docência.

simples aquisição de algo, é muito subjetivo para a criança, ela não percebe mas em seu consciente há uma formação que está vinculada às necessidades da sociedade, e o consumismo é uma delas.

Pensando sobre as possíveis influências das mídias sobre as crianças no que diz respeito ao consumismo infantil, tendo em vista que estas podem suscitar nas crianças o desejo de ter os produtos que são veiculados em diferentes meios de comunicação. Observamos que isso se reflete na economia, que é movimentada por esse mercado lucrativo, isso porque, a mídia se tornou um veículo eficaz de mostrar seus produtos às crianças.

Portanto, a criança assume um novo papel na sociedade capitalista, em que ela é vista como um potencial consumidor, então educá-la para o uso crítico da mídia se faz necessário, sendo pertinente uma educação com vistas à compreensão sobre a mídia, seu uso, conceitos, histórico e assim desenvolvendo a criticidade, desse modo, compreendendo como ocorrem as relações de consumo e poder na sociedade.

Analisando o contexto e as relações de mídias e consumo, entendemos que a evolução tecnológica é necessária, as crianças precisam ter o contato com as mídias, porém, com isso surge um questionamento inicial sobre a temática: as crianças entendem as relações de poder que as mídias exercem na sociedade, a escola incluiu em seu currículo a temática “Educação para o consumo”?

Nas publicações sobre o tema, há indicativos sobre a inclusão nos currículos escolares, tendo em vista que é um tema "Contemporâneo e Transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, incluído na pasta do “Meio Ambiente”. “Não há possibilidade de se pensar no trabalho docente sem considerar a influência da tecnologia, da mídia e do consumo sobre os alunos”. (SOUZA, 2014, p.9).

Diante dessas reflexões apresento a seguinte problemática: Quais são as possibilidades didáticas para o ensino sobre mídias e consumo, no currículo da Educação Básica - anos Iniciais, para a formação das crianças?

As mídias e tecnologias fazem parte do contexto das crianças na modernidade, e elas acabam exercendo um papel também de formadores de opiniões, gostos e preferências e esse conteúdo sem um olhar crítico incentiva as crianças ao consumismo, alimentando um mercado lucrativo. Portanto, é de suma importância que o educador também reflita e tenha um olhar crítico sobre o

consumo, para que possa contribuir para a formação das crianças para um consumo consciente. De acordo com Siqueira (2013, p. 6):

As atividades de mídia-educação devem mover os aprendizes, de uma posição de consumidores cotidianos, para “analistas de mídia”, pressupondo que a capacidade de desmontar e analisar produtos da cultura midiática à luz dos seus contextos de origem, dê às pessoas autonomia para decidir se gostam ou não, e se concordam ou não, com os pontos de vista apresentados e por que pensam desse jeito. Essa é a natureza da leitura crítica

A partir da problemática de pesquisa, defini o objetivo geral:

- analisar, a partir do disposto na BNCC - anos iniciais o tema “Educação para o consumo”, quais são as proposições didáticas para a formação das crianças.

E quanto aos objetivos específicos:

- identificar na BNCC, os aspectos sobre o consumo, e suas possíveis inserções no currículo escolar;
- investigar no texto da BNCC, as possibilidades didáticas para o trabalho na Educação Básica sobre a mídia e a educação;
- apresentar questionamentos e problematizações para o planejamento didático sobre o trabalho com mídia e consumo.

Para o desenvolvimento da pesquisa, inicialmente, realizei a revisão de literatura no catálogo de teses e dissertações da Capes a partir dos seguintes descritores: mídia - consumo - educação, no que diz respeito ao filtro, considerei o “Programa de Pós Graduação em Educação”.

O recorte temporal adotado foi entre os anos de 2012 a 2021, com vistas a selecionar as pesquisas mais recentes relacionadas à mídia e educação, em virtude de já observar o uso massivo dos meios digitais pelas crianças nesse período e também pelos dados apresentados pelo IBGE, que estão disponíveis no site da UOL-Notícias², em que o acesso à internet no Brasil cresceu 40% em 2012, sendo um número bem expressivo em relação aos anos anteriores. (ANDRADE, 2012).

Ao utilizar os critérios de busca estabelecidos pelo programa foram encontradas 56 pesquisas na qual selecionei 13 trabalhos pertinentes ao meu tema por apresentarem coletas de dados que envolvem crianças e adolescentes, e

² O site indicado neste parágrafo está referenciado ao final do trabalho.

também por tecer reflexões sobre os principais conceitos, infância, mídias, consumo, consumismo, hiper-consumo, entre outros.

Em minhas observações e nas atividades desenvolvidas ao longo da licenciatura, reconheço o uso massivo de meios tecnológicos pelas crianças que não são só apenas telespectadores como era com o uso da televisão, mas sim produtores midiáticos, no qual conseguem interagir com esse meio, escolher conteúdo e divulgá-lo. Além dos aspectos abordados, considerei a temática por ser recente objeto de discussão inserido na BNCC (2017) como uma das competências gerais chamada "Cultura Digital".

Portanto, iniciamos a pesquisa com a revisão bibliográfica, levantamento de artigos, teses, dissertações e livros que tratam sobre a temática "mídias, consumo e educação". E para a compreensão sobre a sociedade de consumo, considerei a produção bibliográfica de Bauman (2008).

Nesta pesquisa adoto a abordagem qualitativa de caráter exploratório, sobre a temática, mídia e o consumo infantil: possibilidades didáticas para a educação básica - anos iniciais. Apresento minha compreensão sobre pesquisa qualitativa, a partir do posicionamento de Teixeira (2005, p.137-138):

Tem como características observar os fatos, profunda compreensão do contexto e da situação, enfatiza a sequência de fatos ao longo do tempo, não há hipótese fortes no início da pesquisa, dando bastante flexibilidade e a pesquisa emprega mais de uma fonte de dados.

Bicudo (2011, p. 21) explicita que a abordagem qualitativa nos permite uma análise profunda do objeto de estudo, a fim de compreender as características e o contexto no qual ele está inserido, desse modo, a partir do dados apurados o pesquisador faz uma análise minuciosa e tece possibilidades de compreensão, e com a devida interpretação vai constitui sentidos e significados do objeto em destaque.

Como procedimento metodológico realizei a análise documental a partir dos documentos oficiais (MEC - BRASIL, SME - PG), dentre estes, a BNCC -Base Nacional Comum Curricular e os Referenciais Curriculares Para os Anos Iniciais do Município de Ponta Grossa, considerando que: "Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando,

examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise [...]” (SÁ-SILVA; ALMEIDA e GUINDANI, 2009, p. 4).

Desse modo, estruturamos este trabalho de conclusão de curso, em três capítulos, nos quais discorro sobre: educação, mídia e consumo. Já no segundo capítulo, contemplo as discussões sobre os limites e as possibilidades para o uso de mídias e consumo e no último capítulo destaco os questionamentos e problematizações acerca do planejamento didático sobre mídias e consumo a partir do disposto na BNCC e no Referencial Curricular da Rede Municipal de Ensino de Ponta Grossa - PR.

Expressei neste texto, minhas inquietações, os objetivos e percurso da pesquisa, indicando o caminho a seguir, bem como as discussões a serem empreendidas sobre mídia e consumo.

;

1 EDUCAÇÃO BÁSICA ANOS INICIAIS: A MÍDIA E O CONSUMO INFANTIL

Neste capítulo, apresentamos nossas compreensões sobre a Educação Básica em nosso país, especialmente no que respeita à sua organização, nos anos iniciais, a partir dos dispositivos de ordem legal, dentre estes: Constituição Federal de 1988 (CF/1988); Lei de Diretrizes e Base da Educação Básica Nacional (LDBEN/1996) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC /2017). Contemplando em nossa escrita, o disposto no Art. 205. da Constituição Federal, que diz respeito à educação, no Art. 1º da LDBEN/ 9394, bem como os indicativos da Base Nacional Curricular Nacional. Sobre estes documentos, privilegiamos a reflexão sobre as determinações destes e os indicativos sobre mídia e consumo nos currículos.

Na sequência, explicitamos nossas primeiras aproximações sobre os conceitos de mídia, consumo, infância e currículo, apresentando as considerações dos autores que contribuem para a compreensão dos conceitos e sua articulação com a legislação. Para tanto, nos apoiamos nas contribuições de Barbosa (2011); Guazina (2007); Coutinho (2020); Siqueira (2013) e as Cartas de Mídia e Educação da Unesco (1984), que são trabalhos que tratam da relevância da formação crítica ao uso da mídia. Para as discussões sobre consumo optamos pelos estudos em Bauman (2008) que trata da nova organização da sociedade, que passa de produtores para consumidores; Instituto Alana (2006), que é uma organização sem fins lucrativos, que promove ações em prol dos direitos das crianças, e Adorno (1971), que foi o criador do termo "indústria cultural" fazendo uma dura crítica a sociedade capitalista moderna, que para obter lucro produz para ser consumido.

Após, iniciamos as discussões sobre criança e infância, apoiados nos autores Kramer (2007); Sampaio (2009); Sarmiento e Pinto (1997) e também as discussões de Buckingham (2010) sobre a infância em meios as mídias. A respeito do currículo, consideramos os contributos de Sacristán (2000), Silva (1999), Pacheco (2019), Felício e Possani (2013), que apresentam os principais conceitos, as teorias e os fundamentos que embasam o currículo escolar.

1.1 EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Iniciamos nossas discussões a partir da Constituição Federativa do Brasil de 1988 que foi um marco da história em nosso país, sendo um momento de abertura

democrática advindo de duas décadas de regime ditatorial. Diante disso, muitos direitos foram adquiridos, como destaca Moreira e Salles (2015, p.3):

A grosso modo, a Constituição de 1988 assegura ao povo brasileiro onze direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados, além de cinco direitos individuais e coletivos: à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (artigos 5º e 6º). Particularmente à criança e ao adolescente são acrescentados outros seis direitos aos descritos anteriormente: à cultura, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à convivência familiar e à convivência comunitária (artigo 227).

Dentre esses direitos conquistados, destacamos a Educação Básica no Brasil, como um dever do Estado e direito de todos, passando a ser obrigatória, gratuita e assegurada pela Constituição Federal da República Federativa Do Brasil de 1988, em seu Capítulo III que trata da Educação, Da Cultura e do Desporto, Seção I da Educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.109)

O artigo 205, ao mencionar o exercício da cidadania, remete à uma reflexão sobre o cidadão crítico que pode transformar sua realidade, que questiona e não aceita tudo o que lhe é posto, tornando-se um ser livre. A esse movimento de transformação, Freire (1994, p.21), concebe como práxis, quando há possibilidade de intervenção do homem em sua realidade, modificando-a, considerando o movimento dialético entre teoria e prática. A práxis é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível vislumbrar a superação da contradição opressor-oprimidos.

Nesse sentido, a educação se torna um meio para que este indivíduo alcance a sua autonomia, desfrutando de seus direitos já conquistados e cumprindo com seus deveres. Porém, para que isso ocorra, a educação não pode se manter estática, sendo necessário a sua adequação às mudanças da sociedade, o que nos leva a uma reflexão sobre a sua verdadeira função social.

Refletindo ainda sobre esse exercício da cidadania, o período histórico em que a Constituição foi promulgada, era uma época de grande transformação social,

econômica, tecnológica e cultural em nosso país, em virtude do processo de redemocratização. A sociedade estava adquirindo novos hábitos e constituindo novos costumes. Visando essa evolução tecnológica a CF (1988), contempla no seu Capítulo IV, essa abordagem que trata da “Da Ciência, Tecnologia e Inovação” no qual o Estado passa a promover e incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico, já tendo em vista esse exercício do cidadão, a cidadania.

Na CF (1988), temos um apontamento sobre o uso desses meios tecnológicos, contemplando em seu Capítulo V Da Comunicação Social, o disposto a seguir:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. § 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. § 3º Compete à lei federal: I—regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada; II—estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente. § 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso. Da Ordem Social 115 § 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio. § 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade. (BRASIL, 1988, p. 115-116 - grifos nossos).

Destacamos os incisos, para que possamos refletir sobre o uso das mídias, no contexto em que a CF (1988) foi promulgada, no qual estamos nos referindo ao uso da televisão, rádio, revistas e jornais. Mas já há indicativos de uma formação ou instrução para o uso dos meios de comunicação, sendo até mesmo apontado para o meio ambiente, o que também podemos relacionar ao consumo.

Após a CF (1988), analisamos a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que se refere a legislação que regulamenta o sistema educacional (público e privado) do Brasil, desde a educação infantil até o ensino superior, considerada a lei mais importante do país referente a educação. No artigo 1º é definido:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, 1996, p.8).

No texto do artigo há referência aos movimentos sociais, Vieira (2015), faz apontamentos sobre os movimentos sociais e à mídia, ressaltando que os movimentos sociais são importantes ferramentas para a luta em busca de direitos, como também um canal para a formação não-formal. Desse modo, a mídia se torna um veículo eficaz de comunicação para difundir e chamar a atenção a essas temáticas que vão emergindo, claro que isso muita das vezes é apresentado de forma simplista, pois os meios de comunicação são controlados por iniciativas privadas.

Por conseguinte, para analisar como essas questões estão sendo abordadas pela mídia, as pessoas precisam ter discernimento, consciência crítica e investigativa para compreender as questões que são apresentadas. Neste ponto, a Educação Formal pode contribuir para a formação e inserção desse cidadão no meio tecnológico de forma emancipatória e autônoma.

Já em relação à organização, a Educação Básica no Brasil segundo a LDBEN (1996) está dividida em três etapas que são, a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A matrícula é obrigatória a partir dos 4 anos de idade na Educação Infantil (pré-escola), já o ensino fundamental é dividido em: anos iniciais (primeiro até o quinto ano) e anos finais (sexto ao nono ano). O ensino médio corresponde ao primeiro, segundo e terceiro ano.

Sobre a organização da Educação Básica, anos iniciais, ao analisarmos o disposto na Constituição Federal, evidenciamos que no artigo 210, há uma definição sobre a Base Nacional Comum, a ser considerada: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.” (BRASIL, 1988, p.210). Para além da CF (BRASIL, 1988), há no artigo 26º da LDBEN (1996), o indicativo sobre o currículo na Educação Básica, a saber:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996, p.20)

É um projeto do Governo Federal que estabelece os conhecimentos mínimos e essenciais que todos os brasileiros devem ter e determina os conteúdos que devem ser ensinados em cada disciplina, uma proposta que padroniza o currículo. Portanto, será considerada nas redes públicas e privadas de ensino, todos independente da sua classe econômica devem ter acesso a esses conhecimentos básicos sendo critérios mínimos e comum, com a mesma base.

A BNCC é reforçada em todos os Planos Nacionais; atende desde a creche até o ensino médio; a família pode acompanhar os conteúdos que são trabalhados na escola, tendo acesso ao documento de forma digital; a primeira base era orientadora a partir da última é obrigatória; a base coloca 70% dos conteúdos, o restante fica a cargo da escola e da realidade na qual está inserida. Segundo Cury; Reis e Zanardi (2018, p.8):

No dia 15 de dezembro de 2017, a BNCC foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, constituindo, a partir de sua terceira versão, um documento normativo que deverá servir como diretriz para a construção dos currículos das redes públicas e particulares de ensino nas instâncias municipais, estaduais e federais, para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Após a BNCC ser aprovada, todos os Estados e Municípios do país deverão adequar o seu currículo ao que está disposto no documento. O Referencial Curricular do Município de Ponta Grossa - Pr que também será objeto de análise neste trabalho já se encontra atualizado.

Nos documentos oficiais analisados encontramos indicativos que apontam para a relação que a mídia e o consumo têm com a educação. Observamos que essas temática fazem parte da BNCC, sendo tratada como “Temas Contemporâneos Transversais”, no qual subentende-se por este que:

Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) buscam uma contextualização do que é ensinado, trazendo temas que sejam de interesse dos estudantes e de relevância para seu desenvolvimento como cidadão. O grande objetivo é que o estudante não termine sua educação formal tendo

visto apenas conteúdos abstratos e descontextualizados, mas que também reconheça e aprenda sobre os temas que são relevantes para sua atuação na sociedade, incluída no currículo da escola dos anos iniciais. (BRASIL, 2019. p.8)

Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) foram contemplados na BNCC, mas as questões sociais que envolvem esses temas é uma discussão que perdura há um longo tempo, e inicialmente apontados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1996. (BRASIL, 2019).

Desse modo, compreendemos que é um grande desafio a implantação desses temas no currículo escolar, pois envolve diversos fatores, dentre eles, social, econômico e cultural. Sendo permeadas por intencionalidades e visões de mundo. Porém o que se espera das (TCTs) é que:

Assim, espera-se que os TCTs permitam ao aluno entender melhor: como utilizar seu dinheiro, como cuidar de sua saúde, como usar as novas tecnologias digitais, como cuidar do planeta em que vive, como entender e respeitar aqueles que são diferentes e quais são seus direitos e deveres, assuntos que conferem aos TCTs o atributo da contemporaneidade. (BRASIL, 2019, p.7).

Analisando como a educação foi se definindo desde a CF (1988), a LDBEN (1996) e mais recentemente na BNCC (2017), podemos identificar alguns avanços, dentre eles, o ensino da Educação Básica, que passa a ser obrigatório, como direito de todos e dever do Estado.

Porém, além dos avanços, temos alguns retrocessos, como o currículo que se tornou padronizado a partir da BNCC (2017), passando a ser objeto de discussão e críticas, com apontamentos de que o ensino tornou-se fragmentado ao dividí-lo por competências e habilidades, para que se alcance a aprendizagem.

Entretanto, quando abordamos as questões relacionadas à temática mídia e consumo, enfatizamos que há indicativos sobre a educação para a mídia e o consumo, porém para que isso aconteça, ainda precisa-se materializar lá na escola.

Para que possamos aprofundar as questões de uma educação para a mídia, no próximo tópico discorreremos sobre os principais conceitos e suas classificações, iniciando com uma discussão no qual apresentaremos duas vertentes com abordagem distintas.

1.2 MÍDIA E EDUCAÇÃO: CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES

Neste subtítulo discorreremos sobre mídia, seus conceitos e classificações, apoiando-nos nas contribuições de Barbosa (2011); Guazina 2007; Coutinho (2020) e Cesarino (2019), apresentando duas abordagens distintas e suas classificações de acordo com as proposições dos referenciais.

As mídias fazem parte do nosso cotidiano, por meio delas temos acesso a diversos conteúdos, sendo um meio de comunicação que tem a finalidade de transmitir variadas informações, no qual temos um emissor, uma mensagem e um receptor, conceito esses com base na teoria da comunicação. Temos outra vertente que teoriza as mídias em uma base marxista, na lógica do consumo, como uma mediação para chegar até o consumidor, sem nenhum respeito às vulnerabilidades inerentes à etapa do desenvolvimento ou do contexto social em que se encontra. (CESARINO, 2019, p. 34)

Para Barbosa (2011, p.15) “A explicação mais corrente da palavra mídia no contexto brasileiro é a de que ela seria o aportuguesamento da pronúncia inglesa da palavra media de origem latina que por sua vez expressa o plural da palavra *médium*.”.

O dicionário de Língua Portuguesa Michaelis (2002) define mídias como uma difusão de informações, mensagens, notícias, entretenimento, um canal de comunicação de massa não pessoal, e que utiliza diversos meios para a veiculação como: informativos, jornais, revistas, rádio, televisão, cinema, internet, entre outros.

As mídias podem ser classificadas em *mídias digitais* que são todo o conteúdo vinculado na internet e que através dessa há uma troca de informações. E temos as *mídias analógica* ou tradicional, nessa o sujeito não interage, sendo a mídia o emissor e o sujeito um receptor.

Barbosa (2011), porém discorda que as mídias são apenas emissores de conteúdo, mas sim que elas participam na *construção de sentidos*. No senso comum as pessoas a identificam como sendo apenas portadoras de mensagens ou suportes pela sua dimensão física, entretanto, esquecem que essas mensagens são pensadas e emitidas com algum propósito.

Toda a informação disseminada pelas mídias além de um propósito terá sempre uma intencionalidade comunicativa. Levando em conta essa produção, nos dedicamos à reflexão sobre: quem produz esse conteúdo, qual a intenção e para

quem? Quando nos deparamos internamente com esses questionamentos, estamos agindo de forma crítica a informação que nos chega. (BARBOSA, 2011)

Tendo em vista o campo de estudos a ser considerado, nos deparamos com transformações no que diz respeito às classificações da mídia, sendo estas: o campo da instrumentalização e o da comunicação/transformação.

O conjunto de instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Vale dizer que a mídia implica na existência de um intermediário tecnológico para que a comunicação se realize. A comunicação passa, portanto, a ser uma comunicação mediatizada. Este é um tipo específico de comunicação que aparece tardiamente na história da humanidade e se constitui em um dos importantes símbolos da modernidade. Duas características da mídia são a sua unidirecionalidade e a produção centralizada e padronizada de conteúdos. Concretamente, quando falamos da mídia, estamos nos referindo ao conjunto das emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), de jornais e de revistas, do cinema e das outras diversas instituições que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de massa (LIMA, 2003, apud GUAZINA, 2007 p.57.

No campo da Ciência Política, a mídia é entendida como “conjunto dos meios de comunicação de massa, e principalmente, a televisão.” (GUAZINA, 2007, p.58), é nesse ponto que há divergências entre os campos, pois uma simplesmente a diminui a mero transmissor numa concepção instrumental, já a outra entende que existe uma formação a partir de uma perspectiva de humanização.³ através do que é transmitido pelos meios de comunicação

Após a leitura dos conceitos de mídia, deixamos claro que concordamos com a concepção da autora Barbosa (2011). Porque, mesmo que as pessoas só recebessem as informações como acontecia nos anos de 1960 a 1990 através dos meios de comunicação de massa presentes na época como a televisão, rádio, jornais e revistas, fariam algum uso desta, podendo ser como um mero reproduzidor das informações sem um olhar crítico ou também discordando do que era transmitido.

Nos dias atuais já temos outra realidade, embora o uso desses meios de comunicação de massa estejam presentes ainda, as informações estão chegando até nós em tempo real através dos meios digitais. “As mídias intervêm, elas participam da construção de sentidos daquilo que se comunica.” BARBOSA, 2011,

³ Haydt (2011) ao discorrer sobre a Pedagogia Progressista, enfatiza que o enfoque desta abordagem contempla a melhoria da qualidade de vida das camadas populares, com o olhar voltado para a escola pública. Já a educação Humanista tem como centro do processo de ensino o aluno em sua relação interpessoal, como as atitudes da empatia e o crescimento pessoal.

p.16). O que difere do hoje/agora e do tempo anterior, é como ocorre a participação e a interação com os conteúdos. Antes as pessoas tinham contato com a informação de forma passiva e para discutir sobre o conteúdo, precisavam se encontrar presencialmente para conversar sobre, e poderiam construir juntas um significado para tal. Cerqueira; Guia e Sousa, (2009 p.148), apontam que:

Outro aspecto importante, para além da presença da mídia como elemento cotidiano para este público, refere-se às iniciativas de inserção no processo de produção midiática – aquelas em que garotos e garotas fazem parte ativamente do processo midiático, constroem a notícia, produzem programas de rádio e TV, criam blogs e páginas na internet.

Com o avanço das tecnologias e essa nova era digital, a participação se tornou ativa e instantânea, podemos opinar sobre a disseminação de vários conteúdos, marcar encontros, conversar com pessoas de diferentes lugares e tudo de forma online, com isso formar grupos virtuais que compartilham de mesmos pensamentos e ideias, ou não, quando ocorrem os crimes cibernéticos.

Claro que o avanço das tecnologias nos proporcionou muita comodidade em relação ao uso das mídias, antes precisávamos de um aparelho para cada entretenimento, como relógio, rádio, televisão, toca cd, mp3, revista, jornal e para jogar. Agora só precisamos de um dispositivo, que possui todas as funções dos aparelhos anteriores. As tecnologias estão na palma de nossas mãos e fazem parte de diversas atividades do cotidiano, seja para o entretenimento, trabalho, diversão, alimentação ou estudos.

Entretanto, temos aspectos negativos, no sentido de considerarmos até que ponto esse contato massivo com as mídias tecnológicas sem um uso crítico, pode nos levar a um consumismo desenfreado. A publicidade foi ajustada ao meio digital disponibilizando diversos artifícios para convencer o consumidor. (COUTINHO, 2020).

A partir do momento que usamos desses aparatos digitais para nos auxiliar nessas atividades, também, somos direcionados pelos algoritmos que armazenam nossos dados criando um perfil de consumidor, que utilizam de nossas informações digitais para apresentar conteúdos voltados aos nossos gostos, nos induzindo a um consumismo sem necessidade, Os algoritmos segundo Coutinho (2020) tem por finalidade:

O sistema algorítmico, robustamente alimentado, tem por finalidade econômica traçar o perfil ajustado individualmente para o pseudo convencimento do consumidor. A modulação algorítmica, instrumento da inteligência artificial, se vale dos comandos emanados pelos usuários para a criação de estratégias mais eficazes de abordagem. É um número bastante vasto de espaços de interesse que podem ser utilizados como alvo, que passeiam desde a política, como é o caso de campanhas eleitorais que foram vencidas com o “auxílio” de manipulação de informações, até a simples escolha de um bem de consumo. (COUTINHO, 2020, p. 69).

Desse modo, percebemos que as crianças em meio a esse contexto tecnológico, e que por nascer em uma era digital, desde muito nova já tem contato com as mídias e até produz conteúdo. O celular é um exemplo, pois de acordo com Coutinho, (2020), quando ele cita sobre os algoritmos que armazenam dados do cliente para produzir conteúdos publicitários, o mesmo ocorre com as crianças ao usar o aparelho.

Com isso, nos deparamos com uma realidade: a falta de direcionamento e uma educação crítica ao uso dos meios. Enquanto a criança permanece navegando na internet, ela recebe diversos conteúdos e mesmo que seja filtrado para sua faixa etária, essas informações são carregadas de propagandas direcionadas a esse público, inserindo a cultura do consumo e dos padrões culturais da sociedade vigente.

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) é um órgão internacional que desde 1960 já tem mostrado preocupação com a educação para o uso da mídia, uma questão inicial era em relação à manipulação da massa pela mídia, que podemos relacionar a todos esses conteúdos que as crianças, adolescentes, jovens e idosos recebem atualmente. O documento trata da mídia mas já no contexto educacional, no qual se refere ao termo “mídia - educação”, pensando já em uma formação inicial para esse uso.

Por mídia-educação convém entender o estudo, o ensino e a aprendizagem dos meios modernos de comunicação e expressão, considerados como parte de um campo específico e autônomo de conhecimentos, na teoria e na prática pedagógicas, o que é diferente de sua utilização como auxiliar para o ensino e a aprendizagem em outros campos do conhecimento, tais como a matemática, a ciência e a geografia. (UNESCO, 1984)

No ano de 1982 foi realizado o Simpósio em Grunwald, na Alemanha, esse encontro gerou uma declaração com a proposta de elaborar programas mais amplos

voltados à mídia-educação, sendo direcionada às autoridades competentes de cada país. (SIQUEIRA, 2013)

O objetivo desse encontro é propor ações para que as pessoas usem com criticidade as mídias, e que isso seja de forma abrangente, acontecendo em todas as etapas da educação, desde a infantil até as universidades, contemplando também os adultos. Siqueira (2013, p. 5), aponta quais seriam os objetivos dessa proposta que são:

Embora variem na forma como são concretizadas, as propostas de mídia-educação têm o objetivo comum de “empoderar” pessoas de diferentes idades e grupos sociais para usar criticamente a mídia, o que implica saber reconhecer o modo como as mensagens são feitas, tecer hipóteses sobre as relações entre a mensagem e as disputas de poder no contexto em que elas foram criadas e publicadas e avaliar o impacto dessas mensagens para diferentes audiências.

Buckingham (2010), aponta que as crianças e adolescentes fazem uso dos meios digitais, e a grosso modo criam uma autonomia e autoridade, e é exatamente isso que lhes é negado na escola. Entretanto, quando esse meio digital chega à escola, não há uma relação com o que eles fazem no dia-a-dia. Por isso o autor ressalta, que a educação para a mídia não deve ocorrer de forma “rudimentar”, sendo aulas técnicas relacionadas ao uso instrumental, o que torna a aula maçante. “Em comparação com as complexas experiências multimídia que algumas crianças têm fora da escola, muitas das atividades em sala de aula parecem desestimulantes.” (BUCKINGHAM, 2010. p 45).

Portanto, é aconselhável refletir sobre uma educação mais abrangente, voltada à formação integral do sujeito, que favoreça sua autonomia, criatividade e capacidade crítica ao uso da mídia, iniciando na pré-escola, momento em que, de acordo com a Psicologia, os valores são construídos. Atualmente não há um controle sobre a idade e o uso dos meios digitais, cada vez mais precocemente elas têm acesso a esses conteúdos em diversos meios midiáticos, por vezes sem orientação e nem supervisão de um adulto.

Enfatizamos a relevância da temática em relação ao uso crítico das mídias e de como a educação pode contribuir para a formação dessas crianças que estão em contato direto com os meios digitais, desse modo, quando produzirem conteúdo ou consumirem algum produto, possam ter o senso da reflexão, para que façam escolhas mais conscientes.

Após essa reflexão sobre a mídia e educação, no próximo tópico trataremos da temática consumo e consumismo, e de como pode estar relacionada com os objetivos do sistema capitalista.

1.3 CONSUMO VERSUS CONSUMISMO: COMPREENSÕES PARA O ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O consumo faz parte da cultura da nossa sociedade, e isso acontece no simples ato de comer, se vestir, na saúde, entre outros. Porém, a sociedade a partir da Revolução Industrial começa a mudar seus costumes, visto que o modo de produção passa por alterações. Antes era de forma artesanal, de modo a produzir somente o necessário e quando houvesse a necessidade.

Com o advento da Revolução Industrial, o modo de produção passa a ser em grandes escalas, novas ofertas de produtos começam a surgir e junto com esse movimento a publicidade, diante disso, novos hábitos e costumes começam a permear as relações sociais, sendo o consumismo uma nova prática. (CAMELO, 2015)

Camelo (2015) afirma que, juntamente com o processo da Revolução da Industrial, e a oferta de trabalho nas indústrias, o crescimento das cidades com a urbanização, também proporciona novos hábitos, costumes e consumo, sendo eles, os bens como a televisão, fogão, geladeira, móveis, entre outros.

Diante dessas modificações nos hábitos e costumes da sociedade, o consumo e consumismo começam a fazer parte dessa dinâmica, e para uma melhor compreensão acerca da temática, é necessário compreender a distinção dos conceitos.

O consumo é algo essencial a nossa sobrevivência, já o consumismo é algo que é excedente e sem necessidade, ou seja, uma mercadoria supérflua, que muitas das vezes compramos por influências externas. Sendo uma das características marcantes da atual sociedade capitalista, que é comprar sem refletir. “De maneira distinta do consumo, que é basicamente uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, o consumismo é um atributo da sociedade”. (BAUMAN, 2008, p.41).

Desse modo, avançando na discussão sobre consumo e consumismo, Bauman (2008), analisa as diferenças entre consumo e consumismo, quando a

sociedade moderna passa da condição de produtora para consumidora. O autor esclarece que nesta organização da sociedade, os indivíduos são as mercadorias são as mercadorias que promovem. Sobre a sociedade e consumo, Bauman (2008, p.19), afirma

Os encontros dos potenciais consumidores com os potenciais objetos de consumo tendem a se tornar as principais unidades na rede peculiar de interações humanas conhecida, de maneira abreviada, como “sociedade de consumidores.

Tendo em vista a compreensão sobre a sociedade de consumidores, é necessário analisar a forma como ela se organizou no tempo histórico. Inicialmente tínhamos uma sociedade que trabalhava e produzia para a sua sobrevivência, já com o aumento das cidades, da população e a entrada do sistema capitalista, as relações de produção e trabalho também mudaram, agora as pessoas produzem em grandes quantidades, para além da sua própria subsistência. (CAMELO, 2015)

A sociedade capitalista é movimentada por esse consumismo, pois ela produz em maiores quantidades e também vende, e isso gera lucro para a elite. Já para a população das classes inferiores compreendemos que elas também possuem o desejo de comprar, claro que isso é dentro de suas possibilidades, mas que igualmente podem se tornam alienadas a esse processo, trocando sua mão de obra por bens de consumo, assim, permanecendo presos a dominação da elite. O movimento do consumo se intensificou com a entrada dos meios de comunicação como a imprensa, jornal, fotografia, rádio, televisão, pois através da "Indústria cultural", é que a elite perpetua a sua dominação sobre as massas. De acordo com Adorno (1971, p. 295):

O efeito do conjunto da indústria cultural é o de uma antidesmistificação, a de um antiiluminismo [anti-Aufklärung]; nela, como Horkheimer e eu dissemos, a desmistificação, a Aufklärung, a saber a dominação técnica progressiva, se transforma em engodo das massas, isto é, em meios de tolher a sua consciência. Ela impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente. Mas estes constituem, contudo, a condição prévia de uma sociedade democrática, que não se poderia salvar e desabrochar senão através de homens não tutelados. Se as massas são injustamente difamadas do alto como tais, é também a própria indústria cultural que as transforma nas massas que ela depois despreza, e impede de atingir a emancipação, para qual os próprios homens estariam tão maduros quanto as forças produtivas da época o permitiriam.

O consumismo se tornou subjetivo ao pensamento humano, inclusive a indústria cultural que contribui para esse processo, e isso se intensificou ainda mais por conta dos avanços tecnológicos. Com a chegada da internet as informações percorrem o mundo em tempo real, as propagandas acompanham o ritmo acelerado da modernidade, e o consumo se tornou online.

Já a publicidade, sem dúvida, é o instrumento fundamental de que se utiliza o capitalismo. Sua influência nas pessoas é observada constantemente como forma de estímulos e de imposição de padrões de comportamentos, “criando” novas necessidades e novos desejos nas pessoas.” (MOURA, 2018, p.7).

A partir do momento em que as mulheres ingressam no mercado de trabalho, as relações familiares sofreram alterações, os filhos começaram a ficar sozinhos em casa, e para passar tempo, a televisão se tornou o meio de comunicação mais utilizado, e isso ocorre até os dias de hoje. Silva (2000, p.134) aponta: “A linguagem visual e sonora da imprensa, rádio e televisão conseguiu penetrar no que há de mais secreto na vida do homem.” De acordo com a autora, a comunicação molda o mundo contemporâneo, percebemos que a cultura do consumo adentrou a vida familiar, os pais se sentem culpados por não ter tempo e trocam isso por alguma mercadoria que o filho viu na publicidade.

As crianças nesse contexto já nascem permeadas pelas relações de consumo e também são vistas como potenciais consumidores, visto que, segundo o TNS/InterScience, (outubro de 2003), nos anos 2000 as crianças influenciam nas compras de casa, 71% nos produtos e 63% em marcas específicas.⁴ São números significativos, sendo que nessa época o meio mais utilizado era o televisivo. “As crianças são um alvo importante, não apenas porque escolhem o que seus pais compram e são tratadas como consumidores mirins, mas também porque impactadas desde muito jovens tendem a ser mais fiéis a marcas e ao próprio hábito consumista que lhes é praticamente imposto.” (INSTITUTO ALANA, 2009).

Sampaio (2009), aponta algumas consequências que a exposição às tecnologias pode ocasionar nas crianças, sendo o consumismo uma questão

⁴O Instituto Alana, tem se tornado um propulsor da defesa da infância e da regulação da publicidade voltada para esse público, tendo expressada preocupação com toda essa exposição e o que isso pode acarretar na formação desse sujeito. Para propor ações, o Instituto Alana criou o “Projeto Criança e Consumo”, que tem como objetivo desenvolver [...] atividades que despertam a consciência crítica da sociedade brasileira a respeito das práticas de consumo de produtos e serviços por crianças e adolescentes”. (INSTITUTO ALANA, 2009, p.159)

apontada pela autora. Sampaio (2009), ainda apresenta outros fatores como: obesidade ao incentivar hábitos não saudáveis; define modelos comportamentais que pode afetar a socialização das crianças; exposição as mazelas do mundo adulto; erotização precoce; depressão; problemas de saúde (dores de cabeça, perturbação no sono, problema na coluna, entre outros.).

A partir dos apontamentos de Sampaio (2009), percebemos como a mídia e consumo estão diretamente ligados, pois a exposição a esses meios tecnológicos sem orientação e supervisão pode acarretar diversos problemas às crianças e adolescentes.

Diante desses fatos, refletimos sobre como a escola pode contribuir na formação das crianças em meio às tecnologias, entretanto, para que isso seja possível, se faz pertinente em um primeiro momento compreender que criança é essa que está inserida lá na escola.

Em torno dessa reflexão sobre as possíveis influências das mídias no consumo infantil, no próximo tópico apresentaremos as considerações sobre criança e infância.

1.4 CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E CRIANÇA

Para dar início a essas discussões, apresentamos primeiramente alguns apontamentos sobre a concepção de criança e infância, com vistas a compreender que criança é essa que chega até a escola no contexto atual, pois, o professor em uma perspectiva emancipatória e intencional ao planejar uma aula, considera esse aluno como centro do processo de ensino e aprendizagem, partindo de suas experiências. "À medida que o ensino passa a ser entendido como um processo de mediação, o professor deixa de ser o centro do processo para torna-se uma ponte entre o aluno e o conhecimento." (NADAL e PAPI, 2007, p.21).

Quando voltamos nosso olhar para a escola da atualidade, não podemos pensar no planejamento para os anos iniciais sem antes entender qual a concepção de criança e infância temos na contemporaneidade.

Desse modo, trazemos as contribuições dos autores que discutem sobre as concepções de criança e infância: Kramer (2007); Albuquerque, Leal e Morais (2007) Sampaio (2009); Sarmiento e Pinto (1997) e também as discussões de Buckingham (2010) sobre a infância em meios as mídias.

Os anos iniciais do Ensino Fundamental compreendem do 1° ao 5° ano, sendo assim, a escola terá alunos com idade entre os seis e dez anos. Nesta fase da escolarização, as crianças estão no processo de alfabetização. Sendo uma etapa em que elas começam a juntar sílabas, a decodificar e a se apropriar da linguagem escrita. Desse modo a leitura e escrita começam a ter um significado diferente. (ALBUQUERQUE; LEAL e MORAIS, 2007)

Albuquerque, Leal e Moraes (2007, p.69) afirmam que a criança desde muito cedo já está em contato com a linguagem oral, por isso ela tem um papel muito importante em meio às relações que a cercam. Por meio da oralidade elas começam a se comunicar e a interagir com as pessoas e o mundo, a compreender a si próprio, a natureza e sociedade. Na escola é possível sistematizar esses conceitos que já inicia-se na educação infantil e nos anos iniciais será possível aprofundar.

A escolarização é um processo importante para o desenvolvimento desse aluno, ela cumpre um papel social, que é de permitir que o aluno se aproprie do conhecimento de forma crítica, significativa, criativa e duradoura. Por isso, para planejar uma aula é necessário conhecer quem serão os protagonistas do ensino e aprendizagem, qual sua identidade, valores, cultura e visão de mundo. (NADAL e PAPI, 2007).

Nessa etapa dos anos iniciais as crianças começam a compreender como ocorrem os processos de comunicação do mundo letrado, a entender as singularidades e as transformações do mundo. Partindo da ideia inicial de comunicação, subentende-se que a socialização entre elas mudou com o uso do computador, celular, tablets, plataformas digitais, redes sociais, entre outros, promovendo diferentes formas de interação e comunicação. (SAMPAIO, 2009, p.12)

São crianças carregadas de curiosidades, com distintas hipóteses e antenadas ao seu tempo, pois já nasceram em meio às tecnologias. Segundo Buckingham (2010, p.42),” Se as escolas, de certa forma, não foram atingidas pelo advento da tecnologia digital, o mesmo não pode ser dito da vida das crianças quando estão fora da escola.”.

Sampaio (2009), aponta que esse acesso pelas crianças também vem seguindo uma lógica mercadológica da comercialização da infância. O que nos traz alguns questionamentos sobre que criança é essa, o que pensa, comportamentos que apresenta, se tem ou não acesso aos meios digitais, se alguém a orienta em

casa ou não, se tem limites de uso, entre outros. Desta forma, o que podemos entender por criança e infância no atual cenário.

Sarmiento e Pinto (1997), afirmam que a criança já existe desde os primeiros humanos, sendo considerada a partir do nascimento, já a fase final possui algumas divergências. Entretanto, compreende que elas passam por fases do desenvolvimento conforme os estudos piagetianos, e que o ser criança é algo individual com modos distintos.

A consideração das crianças como atores sociais de pleno direito, e não como menores ou como componentes acessórios ou meios da sociedade dos adultos, implica o reconhecimento da capacidade de reprodução simbólica por parte das crianças e a constituição das suas representações e crenças em sistemas organizados, isto é, em cultura. (SARMENTO, PINTO, 1997, p. 20)

Portanto, compreendemos que as crianças são parte da cultura, interagindo com o meio social, produzindo cultura e sendo influenciadas. Já em relação à infância, Muller e Hansen (2009, p.473) destacam: “A infância é duplamente construída por um conjunto de experiências comuns e compartilhadas e é fragmentada pela diversidade das vivências das crianças.”. Diante do explicitado, percebemos que as crianças do atual contexto brincam em meio às tecnologias, o que nos caracteriza como experiências compartilhadas, sendo compatível ao universo em que estão inseridas.

Compreendendo que a criança é o centro do processo de ensino-aprendizagem, no próximo tópico apresentamos as concepções de currículo, as diferentes possibilidades para sua elaboração entre a construção individual e/ou coletiva da proposta curricular de cada instituição de ensino.

1.5 CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.

Para a reflexão sobre as concepções de currículo, nos apoiamos nos estudos de Silva (1999); Sacristán (2008; 2013); Pacheco (2019); Felício e Possani (2013), Barbosa e Favere (2013), apresentado suas principais contribuições no que diz respeito ao conceito de currículo, após indicar o percurso desde a sua elaboração até a objetivação na escola.

Barbosa e Favere (2013, p. 44) afirmam que historicamente, as discussões sobre currículo no Brasil, iniciam-se a partir da década de 1920, tendo como influências o modelo americano com viés funcionalista. Neste momento em nosso país, também ocorria uma abertura para a industrialização, urbanização e o Movimento da Escola Nova, que instaurou algumas reformas no contexto educacional, defendendo mudanças curriculares e pedagógicas na busca por superar a educação tradicional.

Em 1932 temos o “Manifesto dos Pioneiros que defendia a concretização de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita”, (BARBOSA e FAVERE, 2013, p.45). Nesse momento da história em nosso país, a educação passa a compor a pauta de discussão, e no processo educacional, o aluno passa a ocupar a centralidade e a partir desta compreensão o currículo escolar. Sua composição passa a considerar as necessidades e expectativas dos estudantes. Da maneira como as discussões em torno do currículo foram se organizando, há influências do contexto histórico nas teorias de currículo e de como ele vai se organizando ao longo da história.

Diante desses fatos, o currículo não se define em uma única concepção, temos distintas correntes e teorias que embasam a sua construção. Sendo a teoria “ [...] uma representação, uma imagem, um reflexo, um signo uma realidade [...], e o currículo, [...] um objeto que precederia a teoria, assim, entrando em cena para descobri-lo, descrevê-lo e explicá-lo.” (SILVA, 1999, p.11).

O Currículo de acordo com Sacristán (2008) é um modo de sistematizar e padronizar os conteúdos ensinados na escola, conhecimentos que são historicamente acumulados pelo homem e passados à geração futura. Em termos gerais, como um guia para as práticas pedagógicas em uma mesma direção. Esses conhecimentos são escolhidos por dada importância, dependendo do contexto histórico de cada momento, assim, situado historicamente. A origem do termo de acordo com Sacristán (2013, p. 16 -17):

O termo currículo deriva da palavra latina curriculum (cuja raiz é a mesma de cursus e currere)” [...]. Em sua origem currículo significava o território demarcado e regado do conhecimento correspondente aos conteúdos que professores e centro de educação deveriam cobrir; ou seja, o plano de estudos proposto e imposto pela escola aos professores (para que o ensinassem) e aos estudantes (para que o aprendessem). .

Considerando que o currículo é situado historicamente, compreendemos que ele é pensado e articulado com intencionalidades, portanto, esses conhecimentos não são considerados neutros. Isto porque envolve relações de poder (classe social, economia, questões raciais, gêneros, entre outros.), e permeados por diferentes visões de mundo dependendo de cada momento histórico. “É uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam, etc” (SACRISTÁN, 2008, p.16).

Como sua construção e efetivação envolve distintos sujeitos, a intencionalidade se torna indissociável dessa prática. Com a participação de diferentes pessoas, o campo do currículo se torna carregado de ideologias, forças, valores, necessidades, o que vai refletir também na sua construção e na visão de mundo que ele transcende, desse modo, contribuído para a formação identitária desses sujeitos. (PACHECO, 2019). Nesta mesma vertente, Felício e Possani (2013, p. 131), destacam:

Esta dimensão prática do currículo nos ajuda a entendê-lo como um processo historicamente situado, resultante de uma série de influências convergentes e sucessivas, coerentes ou contraditórias, geradoras de uma ação pedagógica que integra a teoria e a prática, com certo grau de flexibilidade, enquanto campo legitimado de intervenção dos professores.

Barbosa e Favere (2013, p.8), mencionam que: “[...] o currículo é considerado a bússola da escola. Trata-se de um instrumento que pensa a educação e as aprendizagens necessárias ao desenvolvimento do aluno”. É importante conhecer o currículo e todo o contexto social envolvido em sua organização, desse modo, buscar o melhor entendimento sobre a sua construção, para que na prática contemple o aluno em todos os aspectos de sua aprendizagem.

Sacristán (2008), apresenta e conceitua as fases da objetivação do currículo, sendo elas: Currículo Prescrito; Apresentado aos professores; Modelado pelos professores; Currículo em Ação; Currículo Realizado e por fim o Currículo Avaliado. Essa organização está representada na figura abaixo.

FIGURA 1 - A objetivação do currículo no processo de seu desenvolvimento:



Fonte: SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**.3.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2008. p.104-105

- Currículo Prescrito: refere-se a todos os documentos oficiais que fundamentam a educação escolar nacional, como LDB nº9.394/96, DCNE, PCN, BNCC, Referenciais de cada Estado, Deliberações, leis entre outros. A partir desses documentos é que são escolhidos e organizados os conteúdos que devem ser lecionados no sistema de ensino, sendo uma prescrição ou orientação;
- Currículo apresentado aos professores: é a transcrição do currículo prescrito, ou seja, será traduzido, interpretado e apresentado as orientações e os conteúdos para os professores;
- Currículo Moldado pelos professores: é o momento em que o professor como agente ativo, vai traduzir e pôr em prática as propostas curriculares que foram apresentadas, como livros, apostilas, textos, entre outros.
- Currículo em ação: considerado a prática do professor, momento em que o currículo se transforma em métodos.
- Currículo realizado: são as consequências da prática pedagógica, que podem afetar o cognitivo, afetivo, social e moral, não sendo observado no currículo, mas que fazem parte do convívio escolar, entre pais, professores e alunos.
- Currículo avaliado: é uma dimensão que sofre por fatores externos, como as avaliações em larga escala, que de certo acaba impondo critérios para o trabalho docente e para a aprendizagem dos alunos.

Após o processo de elaboração e implementação do currículo prescrito, os documentos são encaminhados às escolas (municipal, estadual ou privadas), assim,

traduzidos, interpretados e elaborado o PPP- Projeto Político Pedagógico pela equipe pedagógica (Diretores, coordenadores pedagógicos, alguns professores, entre outros.).

A partir dessas instâncias, o currículo começa a tomar formas distintas, cada escola terá suas especificidades, intencionalidades e realidades diferentes, adaptando-se às necessidades da sua comunidade escolar. Após essa elaboração, ele será apresentado aos professores para dar subsídios e indicar o direcionamento de suas atividades.

O professor fará uma análise minuciosa desse currículo formal que lhe foi apresentado, e com todos os conhecimentos que já possui, como bagagem cultural, social, política, com suas experiências e as teorias que estudou, vai moldá-lo. Um papel decisivo, ativo e primordial nesse processo, que é o de colocar em prática ou ação tudo o que lhe foi apresentado. Aqui temos o currículo real que é toda atividade que acontece dentro da sala de aula, é um momento em que o professor tem autonomia para superar a fragmentação dos conteúdos. Arroyo (2020, p.78) afirma:

As escolas seus coletivos estão avançando em tentativas de superar as arraigadas dicotomias entre experiências sociais, humanas, trabalho e conhecimento. Projetos e propostas pedagógicas e didáticas partem dos saberes dos educandos ao iniciar o estudo de uma matéria ou ao escolher um tema gerador de estudo, ou seja, partem do que os educandos sabem e incorporam os saberes que carregam.

Embora o Currículo prescrito seja imposto às escolas, tendo como características negativas, tratar a educação de maneira homogênea e uniforme, como se todos os alunos e escolas tivessem a mesma realidade e não contemplar as diversas culturas existentes, os educadores podem fazer a diferença, a partir do momento em que leve seus alunos a refletir sobre a realidade na busca por mudanças. Desse modo, Barbosa e Favere (2013, p.228) afirmam que:

Mesmo com os fatores limitantes, o professor precisa entender, em sua formação contínua, que seu papel é de planejar, pois é um profissional com competências e autonomia para isso e optar por decisões. Com certeza, não podemos entender essa ação como algo fácil, pois a autonomia do professor também se limita às possibilidades encontradas na instituição escolar em que atua.

Em meio a todas essas relações, o currículo deve resultar no processo final sendo a aprendizagem dos alunos. Desse modo, o professor precisa de um bom

planejamento e boas articulações com os conteúdos que chegam de forma fragmentada, adaptando à sua realidade educacional. De certa forma esses conhecimentos vão influenciar em diversos aspectos nesse sujeito, como sociais, cognitivos, afetivos entre outros. Sacristán (2008, p. 297), define:

O planejamento, enquanto é uma função dos professores, deve servir para pensar a prática antes de realizá-la, identificar os problemas-chave nela e dotá-la de uma determinada racionalidade, de um fundamento e de direção coerente com a intencionalidade que deve dirigi-la.

Portanto, requer do educador propor esses conteúdos de forma contextualizada e não fragmentada, respeitando as diferenças, as especificidades e a realidade de cada aluno, abrindo espaços para participarem verdadeiramente do ensino, fazendo questionamentos para que haja uma educação libertadora.

Refletindo sobre o processo pelo qual o currículo perpassa, sua construção e objetivação, podemos pensar em como mídia e consumo estão organizados nesses documentos e de como podem ser pensados e colocados em prática no currículo em Ação. “A adaptação às tecnologias é urgente e, por isso mesmo, que o currículo precisa de reformulação, utilizando conteúdos e estratégias pedagógicas que atendam ao novo perfil dos alunos, com uma nova racionalidade mental.” (BARBOSA e FAVERE, 2013, p. 93). Entretanto, para que isso se torne realidade dentro da escola, precisamos que essas temáticas que envolvem tecnologias sejam contempladas no currículo escolar.

Finalizamos a reflexão sobre currículo e em seguida, nos dedicaremos às discussões sobre a inserção das temáticas mídia e consumo, nos currículos escolares, a partir do currículo prescrito, especialmente da BNCC.

2 - LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE MÍDIA E CONSUMO NOS ANOS INICIAIS

Este capítulo tem como objetivo identificar no texto da BNCC e nos Referenciais Curriculares para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Município de Ponta Grossa/Pr, os aspectos gerais sobre mídia e consumo, apresentando uma reflexão sobre os limites e as possibilidades para uma educação crítica ao uso das mídias e de suas influências no consumo infantil.

Considerando a contemporaneidade das questões sobre o consumo e a mídia na vivência das crianças, compreendemos que no currículo escolar, tais questões possam ser objeto de estudo, reflexão e discussão. Por isso, nossa análise tem como ponto de partida a BNCC, que é o documento oficial normativo do currículo escolar, que define os conteúdos essenciais para a aprendizagem. Desse modo, evidenciar os apontamentos sobre mídia e consumo.

Para realizar a análise da BNCC, tomamos como referência as recomendações de Cellard (2008), sobre a análise documental, no qual aponta alguns passos para a pesquisa. Primeiramente fazer uma análise preliminar, um exame e crítica do documento abrangendo cinco dimensões: o contexto; o autor ou os autores; a autenticidade e a confiabilidade do texto; a natureza do texto, os conceitos-chave e a lógica interna do texto. Após essa abordagem inicial, passaremos para "Análise", na qual reunirá todos os dados, assim fornecendo uma análise propriamente dita.

A qualidade e a validade de uma pesquisa resultam, por sua vez, em boa parte, das precauções de ordem crítica tomadas pelo pesquisador. De modo mais geral, é a qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções, que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise. (CELLARD, 2008, p, 305)

Para trabalhar com a análise documental exige-se do pesquisador muita atenção, para não cometer equívocos, desse modo, Cellard (2008, p.295) afirma:

O pesquisador que trabalha com documentos deve superar vários obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade de seu material. Em primeiro lugar, ele deve localizar os textos pertinentes e avaliar a sua credibilidade, assim como a sua representatividade.

Ao procedermos a análise documental sobre a BNCC, apoiamo-nos nas contribuições de autores que respaldam essa discussão, sendo eles: Cury; Reis e Zanardi (2018); Franco e Munford (2018); Barbosa; Silveira e Soares (2019), Currículo: Barbosa e Favere, (2013); Sacristán (2008); Freire (1967; 1981; 2019);

Para identificar os aspectos gerais sobre mídia e consumo, seguimos apresentando uma reflexão sobre a BNCC, na qual contemplamos sua organização, as competências e a sua perspectiva de educação. Após essas aproximações, dando continuidade a discussão, apresentaremos como mídia e consumo estão estruturados nesses documentos, com objetivo de apresentar qual concepção o currículo atende e de como essa educação crítica a mídia e consumo podem tornar-se realidade na escola.

2.1 BNCC: ARTICULAÇÃO COM OS REFERENCIAIS CURRICULARES PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

A BNCC foi aprovada em 2017, sendo “[...] um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p. 7). Tendo como objetivo: melhorar a qualidade da educação, os índices de aprendizagem, preparar o aluno para o futuro e promover seu desenvolvimento integral dentro das dez competências gerais já pré-estabelecidas.

Entretanto, os estudos de Cury, Reis e Zanardi (2018); Franco e Munford (2018) e Barbosa; Silveira e Soares (2019), apontam uma contradição em torno dessa aprovação.

A partir de sua aprovação, a BNCC tornou-se o documento norteador das propostas curriculares e pedagógicas abrangendo toda a Educação Básica nacional da rede pública e privada, com uma proposta de superar a fragmentação das políticas educacionais, já que agora, todos seguem um mesmo currículo e um propósito em torno dos conteúdos mínimos e essenciais.

Essa discussão sobre os conhecimentos mínimos e comuns a toda rede de ensino, são apontados na CF (1988), reafirmados na LDBEN (1996) e que a partir

da BNCC (2017) é posto em prática. Desse modo, os referenciais curriculares de todo o Brasil precisam ser atualizados conforme previsto na base.

Sacristán (2008, p.104), considera que essa organização é denominada Currículo Prescrito, “[...] como consequência das regulações e mensuráveis às quais está submetido, levando em conta sua significação social, existem algum tipo de prescrição ou orientação do que se deve ser seu conteúdo, principalmente em relação à escolaridade obrigatória. “

Entretanto, com essa universalização do currículo, diversos movimentos se mostraram contrários a esse apontamento. Desse modo, Cury; Reis e Zanardi (2018, p.19) afirmam:

Assim, desde a primeira versão da BNCC, a ANPEd foi uma das maiores protagonistas na oposição ao processo de construção de uma proposta de currículo nacional. Foram várias notas, que juntamente com a Associação Brasileira de Currículo (ABdC), buscaram desvelar criticamente os limites da BNCC com sua proposta centralizadora de currículo.

Claro que o contexto em que ela foi aprovada não é o mais favorável, sendo um campo de disputa ideológica, em que grupos se posicionavam a favor e outros contra. Franco e Munford (2018, p.161) destacam que:

O texto da BNCC foi produzido em um contexto complexo no qual, diversos eventos e estratégias articulam-se: o golpe institucional contra a presidenta Dilma Rousseff; as tentativas de rápidas mudanças em legislações relacionadas à educação e a outras esferas sociais, como do trabalho e previdência social; as pressões do movimento “Escola sem Partido”; o claro afastamento de especialistas ao longo do processo de elaboração da BNCC; as pressões de setores do governo Temer, para que a Base seja legitimada pelo Congresso Nacional, ao invés do CNE.

Nesse sentido, Barbosa; Silveira e Soares (2019) evidenciam que não houve grandes debates e discussão em torno do documento, o que acarretou conflitos e questionamentos em relação a aprovação da BNCC, onde grupos de diversos movimentos sociais, pesquisadores, professores e universidades “se posicionaram contrários à metodologia pela qual ela foi construída, considerando o curto prazo para o aprofundamento dos debates acerca do seu conteúdo e suas consequências para o campo educacional,..” (Barbosa. Silveira; Soares, 2019, p.82).

Embora o contexto de sua elaboração e implementação não seja o mais favorável, a BNCC foi aprovada e seus ordenamentos foram apresentados às escolas, exigindo-se uma adaptação de seus currículos.

Desse modo, podemos refletir então sobre qual o propósito de educação que ela contempla. Para isso Cury, Reis e Zanardi (2018, p.119) em seu capítulo V, fazem uma reflexão sobre a educação apresentando a BNCC, que é o documento oficial guia dos currículos escolares, e do outro, uma idealização do que realmente poderia ser a educação na perspectiva de Freire (1967).

Para compreender qual seria o ideal de educação apontado pelos autores, buscamos os estudos de Freire (1967) no que diz respeito a uma educação com vistas à liberdade. Freire (1967) destaca:

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio "eu", submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus "achados". A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos. (FREIRE, 1967, p.90- grifo nosso)

Freire (1967) ao discorrer sobre a educação, conforme grifado no texto, nos remete a pensar como ela poderia auxiliar homens e mulheres a refletir sobre os perigos de seu tempo. Partindo desse apontamento, a temática mídia e consumo, são pontos consideráveis no contexto atual, pois a mídia pode ser um caminho de alienação ao consumo, porém também pode ser colaboradora para a educação se direcionada ao ponto de vista crítico e educativo. Freire (1981, p. 69)

Considerando que a tecnologia não é apenas necessária mas parte do natural desenvolvimento dos seres humanos, o problema que se coloca à revolução é o de como evitar os desvios míticos a que nos referimos. Este não é um problema tecnológico, mas político, e se acha visceralmente ligado à concepção mesma que se tenha da produção. Se esta se orienta no sentido do "consumismo", dificilmente se evitará a mitificação da tecnologia, e a sociedade socialista repete, em parte, a capitalista.

Outro ponto que podemos destacar em torno da BNCC, é o conceito de educação para a cidadania, que em sua estrutura está apresentada dentro das dez competências gerais para o ensino, portanto, na busca de compreender qual seria o

propósito e a finalidade dada a ela, destacamos do texto o significado de competência, sendo definido como:

[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017. p. 8).

Desse modo, nos levar a pensar o que seria esse exercício pleno da cidadania, subentende-se em uma educação emancipatória, abrangente e interdisciplinar que a cidadania é “[...] pois a capacidade de participar autonomamente dos destinos de uma comunidade, alargando o raio dessa participação, podendo um governado postular também o de ser governante (CURY; REIS e ZANARDI, 2018, p.19).

Quanto a essa discussão sobre cidadania, Fantin (2011) em seus estudos nos remete a pensar sobre como o campo da mídia-educação pode contribuir para essa articulação.

De uma lado, a mídia-educação pode chamar a atenção da sociedade civil e dos poderes políticos aos valores da cidadania, e de outro, através da sua especificidade, a mídia-educação contribui para construir essa mesma cidadania. educar para a cidadania na escola envolve inclusão, trabalho transversal entre as disciplinas, cooperação, desenvolvimento de identidades complexas, interação com o território, pertencimentos ao contexto local, nacional e global. Fantin (2011, p. 29)

Fantin (2011,p.29) compreende que esse campo é capaz de possibilitar uma “[...] nova forma de mediação cultural”. Assim como as crianças já chegam na escola mediada por todos esses meios, como a televisão, publicidade, internet, redes sociais, jogos, entre outros, e de como isso interfere nas suas relações interpessoais, a escola pode ser também um lugar de reflexão e discussão sobre os mesmos. Sobre esse processo de interação das crianças dos anos iniciais com as mídias, destacamos então, que na BNCC (2017, p. 58):

As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas. O estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de fazer uso de tecnologias de informação e comunicação, possibilita aos alunos ampliar

sua compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

Portanto, a criança do mundo contemporâneo passa por distintas mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento, e isso implica nas relações com mundo e as demais pessoas. As relações e interações estão aplicadas por conta dos meios de comunicação, sendo um momento em que a escola precisa estar atualizada para compreender e acompanhar as dimensões que permeiam esse aluno e a sua educação. (BNCC, 2017)

Agora que já apresentamos algumas considerações sobre a BNCC e o seu contexto, vamos iniciar nossas discussões em relação aos Referenciais Curriculares para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Município de Ponta Grossa. Subentende-se que o mesmo também é orientado pelos mesmos princípios da BNCC. O que difere é em relação a sua construção, já que consta em seus escritos a participação dos profissionais da educação. Como destacamos de seu texto:

[...] é resultado de um trabalho coletivo em que houve a participação dos profissionais da Educação do município de Ponta Grossa que, diariamente, em suas escolas, validam os conhecimentos historicamente acumulados, componentes essenciais dos currículos escolares ... A participação dos professores na elaboração de um documento que contempla as demandas sociais, culturais e políticas, amplia as possibilidades da construção de uma escola pública, organizada a partir de princípios republicanos, inclusiva e de qualidade, especialmente, voltada para atender questões relativas à justiça, superação de desigualdades referidas ao reconhecimento de diferentes grupos sociais e culturais...[.] (PONTA GROSSA, 2020, p.6)

Com a elaboração dos referenciais teóricos para o município, percebemos que mudanças já podem ocorrer nesse processo, como apresentado acima, com a participação de profissionais na educação. Subentende-se que são outros sujeitos que reinterpretem o documento normativo e o adaptaram ao seu meio, assim procede, quando esse referencial servir de base para a elaboração do PPP da escola.

Com isso, reconhecemos o quanto o currículo tem movimento, embora ele seja prescrito quando chega ao município, será interpretado, elaborado e adaptado por outras pessoas em contexto distintos. “Assim, por traçar caminhos educacionais, o currículo não é apenas um campo meramente técnico ou sistemático, mas um

instrumento flexível e crítico, que é permeado por questões sócio político-econômicas.” (BARBOSA, FAVERE, 2013, p. 6)

Agora que apresentamos algumas considerações sobre a BNCC e o contexto caótico no qual ela foi aprovada, destacamos os Referenciais Curriculares para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Município de Ponta Grossa/Pr, que também é nosso objeto de estudo e de como tudo se apresenta na escola. Vamos no próximo tópico discorrer sobre sua estrutura e de como mídia e consumo são apresentados nos textos.

2.2 BNCC E REFERENCIAL CURRICULAR: APONTAMENTOS SOBRE MÍDIA E CONSUMO

Para dar continuidade a discussão, com o foco para o contexto atual, não há como distinguir mídia e educação, as crianças chegam à escola já informadas e até um certo ponto educadas por elas. Desse modo, ela interage com esse meio que transmite uma cultura, e isso permeia as suas relações interpessoais diárias com os colegas, professores e família, e também com os conteúdos ensinados. De acordo com Fantin (2011, p. 28):

Sabemos que as mídias não só asseguram formas de socialização e transmissão simbólica, mas também participam como elementos importantes da nossa prática sociocultural na construção de significados da nossa inteligibilidade do mundo. E apesar das mediações culturais ocorrerem de qualquer maneira, as mediações pedagógicas visam capacitar crianças e professores para uma recepção ativa e a uma produção responsável que auxilie na construção de uma atitude mais crítica em relação ao que assistem, acessam, interagem, produzem e compartilham, visto que a precariedade da reflexão sobre linguagens, conteúdos, meios e interesses econômicos impede uma compreensão mais rica.

Desse modo, vamos analisar como mídia e consumo estão descritos na BNCC (BRASIL, 2017), a partir das dez competências gerais, que sinalizam aspectos diversos para a formação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, os quais podem ser visualizados no quadro abaixo:

QUADRO 1. Competências gerais para a Educação Básica

(continua)

<p>1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva</p>	<p>2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas</p>
<p>3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural</p>	<p>4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.</p>
<p>5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.</p>	<p>6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.</p>
<p>7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.</p>	<p>8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.</p>
<p>9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.</p>	<p>10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários</p>

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2017. Brasília, DF, 2017. p. 9-10

Com base nas dez competências explicitadas na BNCC, percebemos que a cultura digital já se encontra bem articulada ao currículo prescrito. Na primeira

competência identificamos os aspectos sobre o mundo físico, social, cultural e digital, que já podemos considerar a influência das mídias no contexto escolar e na cultura que ela dissemina.

Na competência dois e quatro, compreendemos que pode ser mais instrumental, na utilização dos recursos tecnológicos como forma de produzir alguma informação, mas não de analisar profundamente os aspectos históricos e fundantes que envolvam a criticidade e a liberdade desse aluno diante as suas escolhas. Porém, podemos entender que ela é interdisciplinar por envolver diversas áreas do conhecimento.

A competência cinco envolve um maior grau de complexidade, pois envolve a prática social não somente dentro dos muros da escola, a comunicação desse aluno, sua autonomia para pensar, elaborar e produzir, já que as crianças produzem conteúdos midiáticos e também tem acesso a diversos materiais de publicidade, envolvendo as questões de consumo e sua relação com o mundo.

Na competência sete, as questões do consumo consciente começa a fazer parte do currículo de forma compreensível, por envolver os direitos humanos, a consciência socioambiental, um consumo responsável e de como isso pode interferir no seu cuidado de si e com o planeta.

Fantin (2011), já previa antes mesmo da BNCC ser elaborada, que mídia e educação precisam estar articuladas e fazer parte do currículo, tendo como objetivos:

[...] os objetivos da educação para as mídias se aproximam e dizem respeito à formação de um usuário ativo, crítico e criativo de todas as tecnologias de comunicação e informação e de todas as mídias. A mídia-educação é uma condição de educação para a “cidadania instrumental e de pertencimento”, para a democratização de oportunidades educacionais e para o acesso e produção de saber, o que contribui para a redução das desigualdades sociais. (FANTIN, 2011, p. 28)

Em um primeiro momento, com base nas competências gerais, podemos pensar que mídia e consumo estão bem articuladas no currículo prescrito, e permeadas por uma visão crítica e emancipadora, mas para que isso se efetive na prática ainda precisamos ver como isso está organizado nas atividades propostas para a sala de aula.

Refletindo sobre como isso pode ser posto em prática, considera-se que o Brasil possui uma grande diversidade cultural, econômica e social, sendo que,

teremos escolas com realidades distintas. Desse modo, na BNCC mídias e consumo podem até ser contempladas, mas outra questão é se a escola terá condição de desenvolver o que é proposto, visto que, necessitamos de materiais, estrutura e formação. Diante disso levantamos alguns questionamentos em torno da função que a escola pode exercer nesse contexto e qual a possibilidade de uma educação emancipatória, crítica e transformadora.

2.3 EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA PARA O ENSINO DE MÍDIA E CONSUMO

Quando iniciamos a análise da BNCC, percebemos que o documento prescrito às escolas define os conteúdos essenciais, sendo que a mídia de modo geral são contempladas de forma bem alinhadas à evolução tecnológica do atual cenário que vivenciamos em relação às mídias e consumo infantil. Já as questões de consumo aparecem nas competências gerais como proposta de repensar a poluição e a quantidade de materiais que produzimos e vão para o meio ambiente.

Porém, com um olhar mais crítico ao que a BNCC estipula e considera como conhecimentos mínimos, não podemos esquecer que ela atende a um ideal e a interesses capitalistas. A escola na contemporaneidade é vista como um campo de disputa ideológica, temos dois lados: os que lutam por uma educação de qualidade, que atenda ao indivíduo em sua totalidade, e outro que tem o viés de adequar o sujeito ao mercado de trabalho. (OLIVEIRA, 2009)

O que nos remete a uma reflexão em relação ao que ela propõe, se os conteúdos mídia e consumo seria apenas para adequar o aluno aos padrões do mercado de trabalho, já que ter conhecimento sobre as tecnologias é de suma importância para obter um emprego, ou realmente ela deseja essa formação crítica ao aluno. Outro fator, é que a BNCC defende essa educação para as tecnologias, mas na prática, não define como isso pode ser feito e nem tampouco, a proposição de políticas educacionais que venham a contemplar e atender essas demandas que são tão visíveis na sociedade atual.

Desse modo, indagamos: como a escola pode contribuir para a formação dos estudantes na Educação Básica - anos iniciais, numa perspectiva emancipatória, a

partir da acepção freireana⁵, especialmente no que diz respeito à mídia e consumo? A partir desse questionamento retornamos aos apontamentos de currículo e sua efetivação na escola.

Quando analisamos o percurso sobre currículo prescrito até chegar às escolas, compreendemos que ele pode ser uma ferramenta de luta e ascensão para as camadas populares, pois a partir do momento que temos a consciência crítica para analisar esse currículo prescrito e refletir sobre seu real propósito, podemos problematizá-lo como uma ferramenta de ascensão social. Freire (1994, p. 97), afirma que:

Críticos seremos, verdadeiros, se vivermos a plenitude da práxis. Isto é, se nossa ação involucra uma crítica reflexão que, organizando cada vez o pensar, nos leva a superar um conhecimento estritamente ingênuo da realidade. Este precisa alcançar um nível superior, com que os homens cheguem à razão da realidade. Mas isto exige um pensar constante, que não pode ser negado às massas populares, se o objetivo visado é a libertação. Se a liderança revolucionária lhes negar este pensar se encontrará, preterida de pensar também, pelo menos de pensar certo. É que a liderança não pode pensar sem as massas, nem para elas, mas com elas.

É na educação pública, a nosso ver, que é possível dialogar sobre o currículo prescrito, analisando suas potencialidades e limites, para que a partir desta reflexão seja gerado o currículo em ação. Neste ponto voltamos às discussões sobre a importância do PPP, pois neste documento a escola define seus princípios filosóficos e pedagógicos, destacando especialmente a formação dos estudantes. (VEIGA, 2004).

O PPP é o currículo em ação, que se refere às situações reais, é a prática do projeto, a intenção e a finalidade da educação. “O currículo, ao se expressar através de uma práxis, adquire significado definitivo para os alunos e para os professores

⁵ O método de Paulo Freire é, fundamentalmente, um método de cultura popular: conscientiza e politiza. Não absorve o político no pedagógico, mas também não põe inimizade entre educação e política. Distingue-se sim, mas na unidade do mesmo movimento em que o homem se historiciza e busca reencontrar-se, isto é, busca ser livre. Não tem a ingenuidade de supor que a educação, só ela, decidirá dos rumos da história, mas tem, contudo, a coragem suficiente para afirmar que a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano, sejam estruturais, super-estruturais ou inter-estruturais, contradições que impelem o homem a ir adiante. As contradições conscientizadas não lhe dão mais descanso, tornam insuportável a acomodação. Um método pedagógico de conscientização alcança as últimas fronteiras do ser humano. E como o homem sempre se excede, o método também o acompanha. E “a educação como prática do liberdade” (FREIRE, 1994, p.11)

nas atividades que uns e outros realizam e será na realidade aquilo que essa depuração permita que seja.” (SACRISTÁN, 2008, p.201).

Freire (1994) afirma que se a educação não faz o movimento de transformar a realidade de seus educandos conduzindo a conscientização das mazelas da sociedade, o resultado dessa educação é de que o aluno é algo vazio a ser preenchido. Desse modo, o ensino se resume a uma forma mecânica de memorização e transmissão dos conteúdos, e o currículo algo rígido, estático e descolado da realidade. Freire (1994, p.33), ressalta:

Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. A sua irrefreada ânsia. Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é "encher" os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Dai que seja mais som que significação e, assim, melhor seria não dizê-la.

Arroyo (2007), nesta mesma linha de pensamento faz alguns questionamentos em torno do currículo e dos conteúdos ensinados na escola, e de como agir na superação desse pragmatismo e engessamento, com um ensino centrado no aluno como sujeito de direito.

Em primeiro lugar, reconhecer os educandos como sujeitos do direito à formação plena nos obriga a recuperar dimensões da docência e dos currículos soterrados sob o tecnicismo, o positivismo e o pragmatismo que dominaram por décadas o campo do ensino. Obriga-nos a repensar o ensinar e situá-lo no campo mais fecundo do direito à educação e à formação plena; a indagar-nos pelas dimensões a serem formadas para garantir o direito à plena formação das crianças e adolescentes, jovens ou adultos com que trabalhamos. Vê-los em sua totalidade humana, como sujeitos cognitivos, éticos, estéticos, corpóreos, sociais, políticos, culturais, de memória, sentimento, emoção, identidade diversos... Vê-los não recortados nessas dimensões, mas em sua totalidade humana.

Em meio a essa discussão em torno do currículo centrado no aluno como sujeito de direitos, reconhecemos a importância do movimento em torno da construção e elaboração do PPP. Isto porque, temos a possibilidade de contemplar a mídia e o consumo em suas discussões, refletindo sobre essa cultura midiática e as relações que elas estabelecem com os educandos.

Em sua elaboração, estabelecer metas e objetivos com estratégias de incorporar esses conteúdos aos projetos, propondo momentos de reflexão e formação inicialmente para os professores, para que eles tenham clareza de como abordar essas temáticas em sala de aula. Visto que, não podemos privar os alunos dessas discussões, porque são fatos que fazem parte de seu cotidiano. Por isso, o ideal é que o PPP esteja atualizado para que os professores e demais funcionários possam conhecer quais são os objetivos e a intencionalidade da escola. Segundo Veiga (1998):

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 1998, p.1).

Portanto, se o projeto não está atualizado, não conseguimos compreender quais são os objetivos, a finalidade e nem a intencionalidade para qual a escola caminha. “O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente.” (Veiga, 1998, p. 1).

Após a elaboração do PPP, entra em cena a atividade do professor, que vai articular esses conteúdos de acordo com as necessidades de seus educandos. Porém, para que a educação seja uma ferramenta de transformação para esses alunos, exige-se desse educador uma postura crítica a tudo isso, o que vai refletir em sua prática docente. “[..] ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (FREIRE, 2019, p. 24)

O trabalho do educador não é fácil e exige muita resiliência, às mudanças que queremos na sociedade muitas das vezes vai partir das pequenas atitudes que vão se desenvolvendo em sala de aula, portanto acreditamos que o trabalho do educador nesse momento é primordial para uma educação com vista crítica ao consumo e a sua relação com a mídia, pois é ele que vai desempenhar um papel importante nesse processo de mediação.

Observamos que uma educação para emancipação depende de muitos fatores, aqui iniciamos com algumas propostas partindo do currículo prescrito e de seus apontamentos iniciais sobre mídia e consumo, chegando por fim a importância do professor como mediador em sua prática docente.

Para essa discussão sobre prática docente, o ensino e educação emancipatória, trazemos os apontamentos de Freire (2019), que defende uma educação progressista, problematizadora com vista a construção de uma sociedade crítica, partindo da importante tarefa que é educar e ensinar. “Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo. (FREIRE, 2019, p.18).

Nesse sentido de ensinar a pensar, associamos esta compreensão às mídias e as relações que promovem, são alunos que chegam à escola repletos de informações do mundo tecnológico, publicidade, jogos, entre outros, e isso independe da sua classe econômica, pois mesmo que o aluno não tenha condições para acessar os meios midiáticos, a escola pode contribuir para a sua inserção a essas discussões.

Por isso, na concepção de Freire (2019, P. 19), ensinar exige pesquisa, “[...] Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.” Em meio às transformações tecnológicas, estar atento a esse ambiente virtual e suas modificações é importante, para entender como ocorrem as interações e as formas de comunicação na sociedade. Nesse movimento de pesquisar e trazer essas informações para a sala de aula, o professor ensina como também aprende com seus alunos. (FREIRE, 2019, p.19)

Nesse processo de pesquisa e busca por informações, o educador democrático abre espaço para as curiosidades, as perguntas dos educandos e respeita os saberes que ele traz consigo. Freire (2019) aponta que ensinar exige: respeito aos saberes que os alunos possuem; criticidade, ética, risco, aceitação do novo, rejeição a discriminação, reflexão sobre a prática, respeito a autonomia do educando, bom -senso, luta, alegria, curiosidade, esperança, convicção que a mudança é possível e que a educação é uma forma de intervenção no mundo.

Ao defender uma educação crítica a mídia e consumo, é nesse sentido, do professor perceber o papel importante que ele tem em sala de aula, de olhar para esse aluno e abrir espaços para suas inquietações. Discutir as diferentes formas de comunicação existentes no mundo virtual, questionar as consequências do consumo desenfreado, perceber como a mídia intervém nas relações de consumo, a linguagem das propagandas que conquistam os consumidores e os padrões culturais apresentados por elas, entre outros.

Diante desses fatos, refletimos no poder que a educação tem em transformar a realidade das pessoas. “A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não podem fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdo;” (FREIRE, 1994, p.38). Por isso defendemos a importância da criticidade no ensino de mídia e consumo.

Diante desse desafio, no próximo capítulo apresentamos as atividades que a BNCC e o referencial propõe, analisando quais as possibilidades didáticas para um ensino crítico.

3 O ENSINO SOBRE MÍDIA E CONSUMO NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE O PLANEJAMENTO DIDÁTICO.

Este capítulo tem por objetivo tecer reflexões sobre as propostas didáticas para o ensino de mídia e consumo nos anos iniciais do ensino fundamental. Após essas considerações, apresentamos os dados sobre as pesquisas em relação a mídia e consumo. Por fim, registramos nossas compreensões sobre planejamento didático e a análise das atividades propostas na BNCC e no Referencial Curricular para os Anos iniciais do Município de Ponta Grossa, visto que, esta fase dos anos iniciais é definida pela BNCC como uma etapa muito importante do desenvolvimento, social, cognitivo e emocional.

3.1 O PLANEJAMENTO DIDÁTICO NOS ANOS INICIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O planejamento didático é um momento importante, no qual o educador vai prever ações educativas em prol da aprendizagem do aluno, diante disso, pensando nas características apresentadas sobre as crianças que temos no atual momento permeadas pelas relações de consumo e mídia, neste tópico iniciamos as discussões em torno do planejamento didático e dos elementos presentes nessa dimensão.

Considerando todas as discussões até aqui abordadas, é importante apresentar quais questões envolvem o processo de ensino, diante disso, Nadal e Papi (2007), apontam esses elementos, sendo eles: o aluno; o conhecimento ou o conteúdo a ser trabalhado; as situações didáticas e o professor. Contudo, o professor antes de planejar ou pensar sobre as situações didáticas, analisa que aluno é esse situado historicamente, como já apontamos anteriormente, quem é esse aluno mediado pela mídia presente em sala de aula. Desse modo, planejar respeitando as experiências e o conhecimento que ele traz consigo.

Quando apresentamos a importância do professor no processo de mediação do conhecimento, percebemos que o planejamento didático é um fator ponderável, já que é nele que as intencionalidades do educador ficarão evidentes. Diante disso, Vasconcellos (2014), aponta que planejar é o ato de pensar antecipadamente uma ação e agir conforme o que o foi previsto, sendo uma atividade unicamente humana que interfere em certa realidade. Vasconcellos (2014, p.14), acrescenta que:

Nosso desejo é que a escola cumpra um papel social de humanização e emancipação, onde o aluno possa desabrochar, crescer como pessoa e como cidadão, e onde o professor tenha um trabalho menos alienado e alienante, que possa repensar sua prática, refletir sobre ela, re-significá-la e buscar alternativas. Para isso, entendemos que o planejamento é um excelente caminho.

Braga, Farias, França e Sales (2008), consideram que a prática educativa precisa ser organizada antecipadamente, no qual, reflete as práticas pedagógicas da escola, sendo planejamento uma:

[...] ação reflexiva, viva, contínua. Uma atividade constante, permeada por um processo de avaliação e revisão sobre o que somos, fazemos e precisamos realizar para atingir nossos objetivos. É um ato decisório, portanto político, pois nos exige escolhas, opções metodológicas e teóricas. Também ético, uma vez que foi em questões ideias, valores, crenças e projetos que alimentam nossas práticas. (BRAGA, FARIAS, FRANÇA, SALES, 2008, p. 107)

Diante disso, o movimento de planejar exige flexibilidade, pois envolve diferentes pessoas com visões diferentes, nesse mundo permeado pelos diferentes meios de comunicação e interação não podemos desconsiderar essas influências no planejamento, por isso refletir sobre a prática é importante nesse movimento. “A tarefa de planejar a ação docente envolve refletir sobre o para quê, como e com quem ensinar e sobre os resultados das ações empreendidas. (BRAGA, FARIAS, FRANÇA, SALES, 2008, p. 114)

Mediante a importância do planejamento didático no processo de ensino aprendizagem, Gandin (2005, p.19-20), aponta pontos essenciais no ato de planejar, definidos como:

- a) Planejar é transformar a realidade numa direção escolhida.
- b) Planejar é organizar a própria ação (de grupo, sobretudo).
- c) Planejar é implantar “um processo de intervenção na realidade” (ELAP).
- d) Planejar é agir racionalmente.
- e) Planejar é dar certeza e precisão à própria ação (de grupo, sobretudo).
- f) Planejar é explicitar os fundamentos da ação do grupo.
- g) Planejar é por em ação um conjunto de técnicas para racionalizar a ação.
- h) Planejar é realizar um conjunto orgânico de ações, proposto para aproximar uma realidade a um ideal.
- i) Planejar é realizar o que é importante (essencial) e, além disso, sobreviver... se isso for essencial (importante)

Portanto, planejar é considerar as peculiaridades sala de aula, fazer um diagnóstico da realidade, propor objetivos a alcançar e avaliar, desse modo, propor ações que transformem a realidade de seus alunos e que a aprendizagem seja efetiva, desenvolvendo todos os campos, sociais, cognitivos, afetivos e motores. Compreendendo que o planejamento visa a aprendizagem dos conteúdos, é importante uma reflexão acerca dos seus elementos.

Braga, Farias, França e Sales (2008, p.114-119), apresentam os elementos fundantes do planejamento que são:

- **Objetivos:** dizem respeito ao destino, aos resultados e propósitos da nossa ação. Expressam valores, idéias, crenças, projetos sobre o que é e o que deve ser não só o aluno, mas o homem e a sociedade.
- **Conteúdos:** Continuam dissociados do contexto social e da capacidade cognitiva dos alunos [...] definidos e organizados a priori nos livros didáticos e currículos escolares [...].
- **Metodologia:** práticas orientadas para a atividade intelectual dos alunos por meio da problematização, análise e confronto de experiência social desses sujeitos com os conteúdos escolares.
- **Recursos didáticos:** são os meios, materiais, instrumentos e recursos que dão suporte ao trabalho da ação docente.
- **Sistemática de avaliação:** É posicionar-se sobre pressupostos, critérios, instrumentos e periodicidade em que deve acontecer. É definir, ainda, a forma e o tempo para recuperar a aprendizagem.

Esses elementos são primordiais para que o planejamento atinja a aprendizagem, desse modo, superar práticas pedagógicas tradicionais, centradas em um conteúdo rígido e sem movimento. A partir do momento em que o planejamento começa a ser elaborado, o educador começa um movimento de ação e reflexão, em que irá voltar seu olhar minucioso ao aluno e delimitar quais objetivos de aprendizagem ele quer alcançar, após, pensar nos conteúdos e quais metodologias serão usadas e os recursos necessários, por fim avaliar o seus alunos e também a prática pedagógica, para encontrar lacunas no processo ensino aprendizagem a serem sanadas. (BRAGA; FARIAS; FRANÇA; SALES, 2008).

Refletindo sobre os conteúdos ensinados na escola Albuquerque, Leal e Moraes (2007, p. 97-98):

De fato, não é simples selecionar o que ensinar no ensino fundamental, mas precisamos refletir sobre quais saberes poderão ser mais relevantes para o convívio diário dos meninos e meninas que freqüentam nossas escolas e para a sua inserção cada vez mais plena nessa sociedade letrada, pois eles têm o direito de aprender os conteúdos das diferentes áreas de conhecimento que lhes assegurem cidadania no convívio dentro e fora da escola.

Ser educador é um trabalho que exige intencionalidade e reflexão sobre o planejamento, desse modo, todos os envolvidos nesse processo participam ativamente das decisões, por isso, ouvir os alunos sobre suas perspectivas em relação à escola, olhar para suas necessidades e interesses é primordial. Os conteúdos de fato estão prontos, mas não deixar que esse detalhe limite a ação docente, contudo, problematizar e contribuir para que esse processo formativo se tornem significativos.

Considerando que nosso objeto de estudo relaciona-se ao ensino de mídia e consumo, nos anos iniciais, as discussões apresentadas sobre criança e infância nos ajudam a refletir sobre o planejamento didático neste período de escolarização, e de como mídia e consumo estão presentes no cotidiano escolar.

De fato, compreendemos que criança e infância não são sinônimos, infância é um conjunto de vivências e experiências compartilhadas, e o ser criança depende do local e contexto inserido, pois considerando o nosso país, temos distintas culturas e diversidades. Kramer (2007, p.15) afirma que:

No entanto, é preciso considerar a diversidade de aspectos sociais, culturais e políticos: no Brasil, as nações indígenas, suas línguas e seus costumes; a escravidão das populações negras; a opressão e a pobreza de expressiva parte da população; o colonialismo e o imperialismo que deixaram marcas diferenciadas no processo de socialização de crianças e adultos.

Por isso, quando nos referimos às brincadeiras virtuais entendemos que nem todas têm acesso por diversos fatores, mas isso não significa que elas não queiram, são as condições que não permitiram seu acesso. Por fatores, como a desigualdade econômica e social. (BUCKINGHAM, 2010)

As informações vistas no mundo virtual são compartilhadas na escola, estão presentes nas brincadeiras, nas rodas de conversas, nos materiais escolares, nas vestimentas, nos lugares que frequentam, assim por diante. Por estes motivos defendemos a educação para mídia e consumo, pois mesmo em uma sociedade com tanta desigualdade, as pesquisas mais recentes no Brasil, apontam que no ano

de 2022 houve um aumento de crianças conectadas aos meios digitais. A TIC Kids Online Brasil indica:

[...] 93% dos brasileiros com idades entre 9 e 17 anos são usuários de Internet, o que corresponde a 22,3 milhões de crianças e adolescentes conectados. O crescimento em relação a 2019 (quando o percentual era de 89%) foi impulsionado principalmente pelo aumento na proporção de usuários na região Nordeste (de 79% para 92%) e nas áreas rurais (de 75% para 90%).

Mediante o dado ora apresentado, há o indicativo de que o acesso a internet vem tomando grandes proporções, expandindo-se em todo o território nacional. A partir desta constatação, procedemos à revisão de literatura⁶ realizada no Banco de Teses e Dissertações das Capes, a partir dos seguintes descritores: mídia - consumo - educação, no que diz respeito ao filtro, considere o “Programa de Pós Graduação em Educação”. O recorte temporal utilizado foi de 2012 a 2021 para selecionar pesquisas mais recentes relacionados à mídia e educação, por conta de já abordar o uso massivo dos meios digitais e tecnológicos pelas crianças e de apresentar dados que corroboram com essa pesquisa.

São trabalhos que nos auxiliam na reflexão sobre as questões, como o acesso aos meios digitais, a desigualdade em relação a aquisição de bens e consumo, a vulnerabilidade social, a importância de uma educação para mídia e consumo e sobre a inclusão digital. Ao utilizar o critério de busca do site, foram encontrados 13 trabalhos respectivos ao tema e somente um deles não obteve acesso por não ter divulgação autorizada.

Desse modo, constatamos que dentre as doze pesquisas analisadas, 7 contemplam a pesquisa de campo, dentre estas: Oliveira (2012); Petersen (2013); Oliveira (2014); Bezerra (2015); Luiz (2016); Cesarino (2019). São pesquisas que através de entrevistas e análise documental identificaram como ocorrem a influência das mídias no consumo infantil e dos adolescentes com idades entre 5 e 17 anos. Desse modo, a seguir apresentamos as principais pesquisas que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Dentre essas, destacamos Oliveira (2013), por ser uma pesquisa que fez a análise da disciplina de TIC- Tecnologia da Informação e Comunicação no Curso de Pedagogia de três instituições. O autor propôs a investigação em relação à presença

⁶ As informações sobre o percurso desta pesquisa estão explicitadas na introdução, bem como o caminho metodológico e de como foi realizada a revisão de literatura.

de formação crítica dos futuros professores ao uso das mídias. Ficou evidente que há uma formação inicial em que eles aprendem metodologias diversificadas para trabalharem com as mídias na escola, entretanto, a ênfase é no caráter instrumental, essas três universidades não abordam de forma satisfatória uma formação crítica. Segunda Oliveira (2013, p.129) “Quanto à perspectiva crítica, da discussão sobre as mídias, do entendimento de cultura, mercado, consumo, também inerente a esse processo, não visualizo essa discussão com o destaque necessário.” Sendo um trabalho que nos leva a problematizar primeiramente o curso de formação.

Já em relação às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, apontamos os estudos de Cesarino (2019), que realizou uma pesquisa com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social e econômica, para identificar como ocorriam as relações de consumo nas camadas populares.

Cesarino (2019), através de uma entrevista para crianças e adolescentes com idade entre 7 e 15 anos, de uma instituição não governamental, que atende alunos de baixa renda, com um total de 16 participantes identificou que: os resultados apontam que todos têm acesso a televisão no qual assistem em média a 4,5 horas; em 75% das casas não há internet e 25% têm acesso ao celular. Em relação ao consumo, afirmam que há um desejo de ter os produtos anunciados nas propagandas e para obtê-los precisam ter um bom comportamento.

Embora os participantes sejam crianças e adolescentes, eles já compreendem a sua realidade, na entrevistas afirmam que os pais trabalham bastante e que ganham para o necessário, então quando precisam de algo e não tem dinheiro pedem ajuda a outras pessoas. “[...] a partir desses dados, compreendemos que as crianças interligam compras, necessidade e vontade, reconhecem de onde falam, seu contexto social, econômico e, principalmente, os valores que já assimilaram.”(CESARINO. 2019, p.94).

Os fatores como a desigualdade podem interferir e muitas das vezes limitar a ação didática, com mídias e consumo, por acreditar que a criança que não tem acesso aos meios tecnológicos, não será capaz de entender e compreender as atividades propostas. Entretanto, Buckingham (2010, p.55), conduz a pensar que isso também pode ser debatido e problematizado em sala de aula. “Contudo, num ambiente que é cada vez mais dominado pela proliferação da mídia eletrônica e das demandas e dos imperativos da cultura de consumo, a escola precisa, com urgência, assumir um papel mais proativo.”

Cesarino (2019, p. 95) “[...] constatou em sua pesquisa que crianças e adolescentes são ativos em seu processo de decisão sobre compras, aliando desejo e necessidade e considerando-os a partir de seus limites e possibilidades.” A partir da análise da autora, constatou que as crianças têm o desejo de comprar, mas isso vai depender da realidade e do contexto social ao qual estão inseridas. Muitas das vezes o desejo se distancia do poder de compra, evidenciando uma vulnerabilidade social. Então apontar que todas as crianças sofrem a influência da mídia é equivocado, pois tem que se avaliar o contexto social, e não desconsiderar a individualidade, o tempo e espaço do sujeito.

Luiz (2016), trata especificamente do consumo infantil e a influência que as publicidades televisivas têm no imaginário da criança. Através de uma pesquisa de campo no qual foi investigado um público de 5 a 6 anos de idade, a pesquisa se realizou em duas escolas, uma pública e outra privada. O intuito era observar como se dava esse processo em diferentes perfis econômicos.

Na pesquisa participaram 29 mães, 36 crianças e uma psicopedagoga. Dos resultados levantados, o mais alarmante foi que 31% das mães permitem que os filhos fiquem à frente da tv sem tempo pré-determinado, o que caracteriza que as crianças ficam expostas a diferentes publicidades. Outro ponto importante é que a maioria das mães compreendem que a televisão tem influência nos gostos das crianças, seja na escolha de um brinquedo, roupas e alimentos, sendo que 10% delas acabam comprando o que os filhos pedem. E que a televisão é apontada por elas como parte da cultura e não imaginam a vida sem ela.

Da pesquisa com as crianças, 39% assistem televisão sozinhas ficando mais vulneráveis aos conteúdos; uma parcela delas acredita que o conteúdo televisivo é real e ensina bastante; 54% revelou que as mães compram os produtos que elas querem, como brinquedos, vestuário e alimentos; ficou evidente através dos relatos que elas sabem o que querem, apontando os brinquedos que ainda faltava em suas casas.

Em relação a participação da psicopedagoga ela aponta que “[...] o consumismo infantil começa em casa, quando os pais liberam seus filhos para a frente da TV, expondo-os a toda programação e publicidade veiculadas e também com a compra até mesmo de produtos que não foram solicitados pelos filhos” (LUIZ, 2016, p. 82)

Ficou evidente com essa pesquisa a falta de criticidade das crianças diante dos conteúdos, no qual as torna refém do consumo e A autora destaca que ao presentear os filhos, os pais querem garantir o que não tiveram na infância ou compensar a sua falta de tempo e atenção, assim é maneira encontrada por eles para demonstrar seu carinho. (LUIZ, 2016).

Petersen (2013), identificou nos relatos dos pais que as propagandas estão influenciando suas crianças ao consumo, outro fato, quando elas frequentam a escola e encontram brinquedos diferentes com seus colegas, logo chegam em casa pedindo o brinquedo para se sentirem aceita ao grupo. “Ser um cidadão na sociedade do hiperconsumo compreende, sobretudo, estar em busca de realizar a difícil tarefa de pertencer” (PETERSEN, 2013, p. 45)

Oliveira (2014) em sua pesquisa identificou que: as crianças da pesquisa escolheram um nome fictício para a brincadeira e já num primeiro momento a cultura midiática já adentrou a escola, pois todos os nomes escolhidos eram de personagens de desenhos; Em relação a programação as crianças apontaram programas que elas não podem assistir como: morte, brigas, nudez e beijo, vampiros assustadores, drogas e algumas músicas, e também as que podem assistir, como desenhos, novelas e filmes; As crianças revelaram que tem um grande desejo de serem famosas indicando o facebook como um caminho para a fama; As brincadeiras são permeadas pelas mídias e os personagens criam vida no imaginário das crianças; Foi observado em sala de aula que as crianças estavam cantando e dançando uma música, ao ser questionadas sobre, ressaltaram que os pais não deixam elas ouvirem em casa, mas na escola elas se reúnem para fazer, então o proibido emergiu na escola, e diante disso o que fazer? Foi um dos questionamentos do pesquisador. “Nesse caso, fica nítido como o acesso a discursos de mídia por vias não autorizadas pela família conquista as crianças e se torna uma referência simbólica compartilhada por elas e entre elas”. (OLIVEIRA, 2014, p.101).

Bezerra (2015), realizou sua pesquisa em torno de investigar um projeto que inseriu as TIC -Tecnologia informação e comunicação no ambiente escolar, sendo uma escola do Rio de Janeiro, que recebeu um projeto chamado GENTE, entre os meses de novembro e dezembro de 2014. O autor destaca que o projeto trabalhava de forma emancipatória, em que o aluno era o centro de processo de ensino aprendizagem, que as aulas utilizam de estratégias pedagógica online, alunos e

professores tinham uma relação baseada na mediação e na troca de conhecimentos, e que dentro das limitações estruturais, físicas e econômica, o projeto conseguiu desenvolver a autonomia e a criticidade dos alunos em relação às mídias e ao consumo. Bezerra (2015, p.121). destaca:

Entende-se que para a utilização da mídia (seus dispositivos, produtos e conteúdos), como instrumento pedagógico regular nos ambientes escolares, torna-se fundamental que educandos e educadores sejam capazes de produzir uma análise crítica dos conteúdos acessados ou mediados. Nesse sentido, a educação para a mídia pode orientar e fornecer o lastro teórico e as habilidades necessárias à leitura com o uso das novas tecnologias, construindo, assim, uma educação cada vez mais inclusiva, responsável e solidária, por meio da qual se possa trilhar o caminho da autonomia e do protagonismo infantil e juvenil, elementos determinantes para a Educação do Século XXI.

Desse modo, partimos do pressuposto de que é possível trabalhar os conteúdos de forma interdisciplinar, e que ao planejar, o educador pode usar dessas tecnologias e dessas linguagens em sala de aula, fazendo com que alunos e professores troquem experiências e vivências, em favor de debater e discutir as novas tecnologias que vão surgindo.

Já as próximas 4: Silva (2021); Costa (2021)⁷ Fusinato (2018) e Leão (2021) são pesquisas que analisam as propagandas dos canais da plataforma do youtube, contextualizando a nova profissão “youtuber” e o seu público, qual o perfil dos youtuber, observando a apresentação, conteúdo e a publicidade dos canais. Tratam também de uma discussão sobre infância e consumo, youtuber mirim e o aumento do uso dos meios midiáticos durante a pandemia do covid.

Fusinato (2018), a pesquisa é uma análise documental e bibliográfica, a fim de investigar as políticas voltadas à proteção da criança e infância em relação às propagandas publicitárias. A autora observou e analisou dois canais do youtube, um deles apresentado por uma criança e outro por um adulto, na qual a autora investigou como se dava essas práticas de publicidade e também as propagandas televisivas.

A pesquisa apresenta conceitos de consumo e consumismo, cultura do consumo e sua potencialização pelas mídias, infância, trata da legislação em proteção à criança e infância e sobre as crises nas instituições educativas clássicas. Como resultado, ao analisar os dois canais do youtube, percebe-se que a

⁷ Não obtivemos acesso ao conteúdo desta pesquisa.

publicidade toma conta de todo o conteúdo exibido, divulgando produtos e marcas, com grande poder de persuasão e incentivo ao consumo, e os canais contam com milhares de inscritos. (FUSINATTO, 2018).

Em sua pesquisa, Silva (2021) faz uma análise e problematiza o conteúdo de vídeo do youtuber Lucas Neto. Considerando os conceitos de infância consumidora, identidade e representações; infância no contexto da mídia e consumo; consumindo pela experiência e como a pandemia do covid aumentou o uso das tecnologias. A pesquisadora é professora dos anos iniciais e traz relatos de suas vivências e experiências com as crianças, apontando alguns efeitos do uso das mídias digitais:

[..] as crianças são cada vez mais ativas nesse processo, elas consomem produtos e também comportamentos com os quais se identificam, e apesar de existir uma regulação publicitária no Brasil, no que tange a produtos direcionados ao público infantil entre brinquedos, tempo de exibição de filmes e propagandas, as crianças continuam sendo vistas como potenciais consumidoras, em parte, também devido ao crescente acesso de uma parcela significativa das crianças brasileiras aos aparelhos digitais, principalmente os smartphones. (SILVA, 2021, p. 159)

Leão (2021), a pesquisa abordou três eixos, o primeiro uma discussão sobre infância e consumo, youtuber mirim e finaliza com uma análise do perfil dos youtuber mirim, observando a apresentação, conteúdo e a publicidade dos canais. Foram analisados 9 canais em que os perfis são de crianças e adolescentes, no qual, apenas 2 não utilizam de publicidade, também percebe-se que os de maior audiência possuem um bom perfil socioeconômico, há um apoio das famílias na construção dos perfis e marcas que patrocinam os youtubers. A pesquisa traz dados importantes como o uso da internet por crianças e adolescentes, o perfil socioeconômico e de como foi esse acesso durante a pandemia da covid, usando como base os dados do site "TIC Kids Online Brasil".

As últimas pesquisas Junior (2018) e Baader (2021), são voltadas para a análise das propagandas, uma de um programa de televisão da rede aberta e a outra é voltada para a publicidade das marcas alimentícias e a sua influência na cultura alimentar que desencadeia a obesidade infantil.

Junior (2018), o trabalho analisou o programa jornalístico Fantástico, exibido no canal da Rede Globo, aos domingos, sendo escolhido por alcançar um público que vai desde a infância até os mais idosos. O recorte temporal para análise foi dos anos de 2016 e 2017.

A pesquisa explicitou pontos importantes como: a leitura crítica da mídia, conceitos de comunicação, cidadão e cidadã, cidadania e o gênero jornalístico. O autor destaca que a pauta cidadania é importante, mas não é o destaque principal do programa, ficando com pouco tempo de discussão e em um horário com menor audiência, embora o programa pregue uma preocupação com direitos civis, políticos e sociais, na contrapartida usa do marketing para apresentar produtos, de certa forma incentivando o consumo alienado. (JUNIOR, 2018)

Baader (2021) apresenta uma discussão sobre a cultura da infância, das marcas na cultura, da cultura alimentar e obesidade infantil. Dando ênfase a esse consumo que está causando o aumento de obesidade infantil. Na pesquisa participaram famílias com filhos que tinham entre 4 e 12 anos, residentes do município de São Paulo de três classes socioeconômicas distintas. Foi investigado como era o cotidiano de cada família e de como era seus hábitos alimentares alinhados com a influência da mídia.

A pesquisa mostra que as famílias são marcadas pelo uso contínuo do celular, em atividades do cotidiano, no horário do lazer durante as brincadeiras, as plataformas usadas são: Netflix, o Tik Tok, o Instagram, WhatsApp e o Spotify; observou-se também que há um controle do uso dos aparelhos e do tempo que permanecem na primeira família, já na segunda e terceira já é menos intenso. Esse uso contínuo das mídias também é um reforçador da má alimentação pois elas estão em contato com diversas marcas e produtos. A ênfase maior seria em torno dos fast-food (lanches e hambúrgueres), sendo McDonald's e Burger King como as mais presentes no contexto promocional da publicidade de alimentos nas plataformas online as quais elas têm acesso via YouTube e Instagram. BAADER (2021)

Outro ponto levantado na pesquisa é a infinidade de acesso a plataforma que as crianças têm, o uso de variadas mídias, canais, programas, entre outros, assim elas conseguem ter um vasto conhecimento sobre marcas, produtos e alimentos. Elas fazem relação da diversão - alimentação - prazer com as marcas dos produtos. A autora destaca que a alimentação das crianças é marcada por influências culturais e comunicacionais, está presente em seu discurso diário aspectos da publicidade, em alguns momentos confundem a marca com o produto em si. BAADER (2021)

Considerando as buscas realizadas dos trabalhos produzidos, evidenciamos que todos têm em comum a ênfase ao consumo e as mídias, todas partem de uma preocupação com a formação crítica ao uso das mídias e de como o consumo afeta as relações interpessoais, padrões culturais e sociais. Apontam as implicações que isso causa na criança e no adolescentes, na construção de sua identidade, na formação cultural da nova geração tecnológica e de como tudo isso se reflete lá na escola. Não podemos negar, que as novas tecnologias estão presentes na vida das crianças, nas relações sociais que as permeiam e que de fato estão adentrando o muro da escola.

Diante de todos os dados apresentados nas pesquisas, no próximo tópico analisamos as propostas educativas direcionadas aos anos iniciais, refletindo sobre o poder que mídia e consumo exerce nas relações, desse modo evidenciando como isso pode correlacionar com os conteúdos exposto na BNCC e no Referencial Curricular para os Anos Iniciais do Município de Ponta Grossa.

3.2 ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA MÍDIA E CONSUMO

Neste tópico apresentamos uma análise e reflexão sobre as atividades propostas na BNCC e no Referencial Curricular para os Anos Iniciais do Município de Ponta Grossa, destacando as principais atividades relacionadas à mídia e consumo, e quais as possibilidade para um ensino emancipatório. .

Iniciamos as discussões a partir do quadro abaixo organizado pela autora, com base no que está disposto na BNCC e no Referencial Curricular para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Analisamos e identificamos quais componentes curriculares contemplam as discussões sobre mídia e consumo e como estão organizadas as propostas de atividades.

QUADRO 3 - Atividades propostas para o ensino de mídia e consumo

(Continua)

COMPONENTES CURRICULARES 1° ao 5°ano	BNCC (2017)	REFERENCIAL DE PONTA GROSSA (2020)
PORTUGUÊS	<p>(EF15LP01) Identificar a função social de textos que circulam em campos da vida social dos quais participa cotidianamente (a casa, a rua, a comunidade, a escola) e nas mídias impressa, de massa e digital, reconhecendo para que foram produzidos, onde circulam, quem os produziu e a quem se destinam. (p.95)</p> <p>(EF04LP09) Ler e compreender, com autonomia, boletos, faturas e carnês, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero (campos, itens elencados, medidas de consumo, código de barras) e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto. (119)</p> <p>(EF03LP18) Ler e compreender, com autonomia, cartas dirigidas a veículos da mídia impressa ou digital (cartas de leitor e de reclamação a jornais, revistas) e notícias, dentre outros gêneros do campo jornalístico, de acordo com as convenções do gênero carta e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto. (p.123)</p> <p>(EF05LP16) Comparar informações sobre um mesmo fato veiculadas em diferentes mídias e concluir sobre qual é mais confiável e por quê. (p.125)</p> <p>(EF05LP16) Comparar informações sobre um mesmo fato veiculadas em diferentes mídias e concluir sobre qual é mais confiável e por quê. (p.125)</p> <p>(EF03LP20) Produzir cartas dirigidas a veículos da mídia impressa ou digital (cartas do leitor ou de reclamação a jornais ou revistas), dentre outros gêneros do campo político-cidadão, com opiniões e críticas, de acordo com as convenções do gênero carta e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto. (p.125)</p> <p>(EF05LP18) Roteirizar, produzir e editar vídeo para vlogs argumentativos sobre produtos de mídia para público infantil (filmes, desenhos animados, HQs, games etc.), com base em conhecimentos sobre os mesmos, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e o tema/ assunto/finalidade do texto (p.127)</p>	Planejar situações didáticas nas quais os alunos possam ouvir textos falados em diferentes variedades linguísticas, aprendendo a respeitar a linguagem utilizada por diferentes grupos.

COMPONENTES CURRICULARES 1º ao 5ºano	BNCC (2017)	REFERENCIAL DE PONTA GROSSA (2020)
	<p>(EF05LP19) Argumentar oralmente sobre acontecimentos de interesse social, com base em conhecimentos sobre fatos divulgados em TV, rádio, mídia impressa e digital, respeitando pontos de vista diferentes. (p.127)</p> <p>(EF05LP20) Analisar a validade e força de argumentos em argumentações sobre produtos de mídia para público infantil (filmes, desenhos animados, HQs, games etc.), com base em conhecimentos sobre os mesmos. (p.127)</p> <p>(EF69LP04) Identificar e analisar os efeitos de sentido que fortalecem a persuasão nos textos publicitários, relacionando as estratégias de persuasão e apelo ao consumo com os recursos linguístico-discursivos utilizados, como imagens, tempo verbal, jogos de palavras, figuras de linguagem etc., com vistas a fomentar práticas de consumo conscientes. (141)</p>	
ARTES	<p>Nesse sentido, as manifestações artísticas não podem ser reduzidas às produções legitimadas pelas instituições culturais e veiculadas pela mídia, tampouco a prática artística pode ser vista como mera aquisição de códigos e técnicas. A aprendizagem de Arte precisa alcançar a experiência e a vivência artísticas como prática social, permitindo que os alunos sejam protagonistas e criadores (p.193)</p> <p>COMPETÊNCIA: Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade. (198)</p> <p>(EF15AR26) Explorar diferentes tecnologias e recursos digitais (multimeios, animações, jogos eletrônicos, gravações em áudio e vídeo, fotografia, softwares etc.) nos processos de criação artística. (p. 203)</p>	<p>Explorar a mídia fita cassete, como uma das primeiras formas de armazenamento de mídias de música; mostrar fitas aos alunos; apresentar o “Toca fitas”; explorar capas fitas de artistas expoentes. (215)</p> <p>Apresentar com vídeos, visitas, imagens, entrevistas os diferentes locais de produção e de execução da dança como: nas ruas, nas diferentes mídias (televisão, internet videoclipes), em concursos, dentre outros (229)</p> <p>Explorar as diversas mídias digitais, salientando a evolução tecnológica dos aparelhos ao longo da história. (p.235)</p>
EDUCAÇÃO FÍSICA	COMPETÊNCIA: Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir	Vivenciar a importância da saúde para o bem-estar físico, mental e social da

COMPONENTES CURRICULARES 1° ao 5°ano	BNCC (2017)	REFERENCIAL DE PONTA GROSSA (2020)
	posturas consumistas e preconceituosas.(p.223)	criança. Desenvolver hábitos saudáveis para sua qualidade de vida, bem como a sua relação com a atividade física e nutricional. Ex. Alimentação saudável, utilização de roupas adequadas para a atividade física; (p.250)
ENSINO RELIGIOSO		<p>Refletir sobre a influência das mídias na formulação da consciência humana, através de discussões e análise de filmes e propagandas. (p.507)</p> <p>Influência das mídias: consumo consciente, capacidade de escolha do ser humano, veracidade dos fatos, responsabilidade.(507)</p>
MATEMÁTICA	<p>Desenvolver e/ou discutir projetos que abordam, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza (p.267)</p> <p>(EF04MA25) Resolver e elaborar problemas que envolvam situações de compra e venda e formas de pagamento, utilizando termos como troco e desconto, enfatizando o consumo ético, consciente e responsável. (p.293)</p>	<p>Resolver problemas sobre situações de compra e venda, no uso do sistema monetários brasileiro, e desenvolver, por exemplo, atitudes éticas e responsáveis em relação ao consumo. (p.275)</p> <p>Trabalhar com o tema consumo consciente: caro, barato, evitar desperdícios, etc. (286)</p> <p>Trabalhar os conceitos de consumo e de consumismo.(p.305)</p> <p>Resolver e elaborar problemas que envolvam situações de compra e venda e formas de pagamento, utilizando</p>

COMPONENTES CURRICULARES 1º ao 5ºano	BNCC (2017)	REFERENCIAL DE PONTA GROSSA (2020)
		<p>termos como troco e desconto, enfatizando o consumo ético, consciente e responsável. (p.330)</p> <p>Propor situações para o trabalho com a educação financeira envolvendo projetos didáticos de consumo consciente, a modelagem matemática e a resolução de problemas. Utilizar a literatura para ampliar o estudo dos conceitos sobre consumo ético, consciente e responsável do dinheiro. (p.339)</p>
CIÊNCIAS	(EF05CI05) Construir propostas coletivas para um consumo mais consciente e criar soluções tecnológicas para o descarte adequado e a reutilização ou reciclagem de materiais consumidos na escola e/ou na vida cotidiana.(p. 341)	<p>Despertar nos alunos o consumo consciente, orientando sobre as atitudes dos 5 Rs (Repensar, Reduzir, Recusar, Reutilizar e Reciclar). (p.372)</p> <p>Identificar as diferentes formas de geração de energia, bem como o consumo consciente. (p.410)</p> <p>Comentar sobre as lixeiras e suas cores. Questionar os alunos sobre seus hábitos de consumo: brinquedos, roupas, aparelhos eletrônicos. Solicitar que</p>

COMPONENTES CURRICULARES 1º ao 5ºano	BNCC (2017)	REFERENCIAL DE PONTA GROSSA (2020)
		reflitam sobre as aquisições mais recentes, os motivos pelos quais fizeram as compras e o que era realmente necessário. Questioná-los sobre a separação do lixo produzido na escola e em suas moradias, conscientizando-os da importância da reciclagem e da reutilização dos materiais. Pode-se questionar os alunos se eles já ouviram falar nos 5 Rs: Repensar, Reduzir, Recusar, Reutilizar e Reciclar. (p.422)
GEOGRAFIA	<p>(EF03GE08) Relacionar a produção de lixo doméstico ou da escola aos problemas causados pelo consumo excessivo e construir propostas para o consumo consciente, considerando a ampliação de hábitos de redução, reúso e reciclagem/descarte de materiais consumidos em casa, na escola e/ou no entorno. (p.375)</p> <p>(EF04GE08) Descrever e discutir o processo de produção (transformação de matérias primas), circulação e consumo de diferentes produtos.(370)</p>	<p>Organizar painel de crescimento com notícias sobre falta d'água, enchentes em diferentes lugares, consumo consciente (p. 469)</p> <p>Relacionar a produção de lixo doméstico ou do lixo escolar aos problemas causados pelo consumo excessivo. (p.480)</p> <p>Construir propostas para o consumo consciente, considerando a ampliação de hábitos de redução, reuso e reciclagem/descarte de materiais consumidos em casa, na escola e/ou no entorno. (p.480)</p>

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2017. Brasília, DF, 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Referenciais curriculares para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. 1ª Ed. Ponta Grossa/ PR. 2020. 552 p.

Analisando as discussões sobre mídia e consumo na BNCC e no Referencial Curricular para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Município de Ponta Grossa, observamos inicialmente que nem todos os componentes curriculares

contemplam propostas em torno da temática, e que podem haver propostas divergentes entre os documentos.

Mediante essa análise, identificamos indicativos nos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa; Artes; Educação Física; Matemática; Ciências e Geografia.

Língua Portuguesa: observamos que mídia e consumo na BNCC é mais detalhado, com vistas à investigação dos textos em diferentes áreas do conhecimento, compreendendo a sua função social, para quem ele foi produzido e qual o objetivo. Sendo uma proposta que visa a leitura dos textos comunicativos com autonomia, produção de texto e vídeo, tendo como enfoque, investigar o poder de persuasão dos textos publicitários na mídia em relação ao consumo.

No Referencial, as atividades propostas para Língua Portuguesa estão voltadas para a leitura, escrita, pontuação, vocabulário, caligrafia, alfabetização e estrutura textual. Identificamos uma atividade que fala de identificar, buscar e selecionar informações sobre os fenômenos sociais de textos que circulam nos meios digitais. Quando propõe a análise do discurso comunicativo da televisão e do rádio, aponta para compreender a finalidade do gênero exposto e a sua estrutura.

Porém, compreendemos que os indicativos apontados na BNCC estão apresentados de forma discreta no Referencial, sendo atividades que para o aprofundamento ao discurso publicitário das mídias ao consumo, vai depender de como o professor vai propor em seu planejamento didático, se essas atividades terão vistas a criticidade e a investigação ou serão apenas instrumental. De acordo com o Referencial (2020, p. 58):

A língua é um sistema que tem como centro a interação verbal, que se faz por meio de textos ou discursos, falados ou escritos. Essa concepção exige uma proposta de ensino que valorize o uso da língua em diferentes situações ou contextos sociais, com sua diversidade de funções e sua variedade de estilos e modos de falar. Para estar de acordo com essa concepção, é importante que o trabalho didático desenvolvido em sala de aula se organize em torno do uso da língua em situações reais e que privilegie a reflexão dos alunos sobre as diferentes práticas de linguagem.

Visto que, há algumas aberturas no Referencial, um exemplo é no trabalho com os gêneros textuais, que fica a critério do educador utilizar outros meios que achar pertinente. Sendo um momento aberto à investigação dessa linguagem

persuasiva ao consumo utilizada na internet, nas plataformas do youtube, nos programas de televisão e nas propagandas em diversos meios de comunicação.

Portanto, quando o professor planeja o gênero ele pode contemplar os textos veiculados na mídia, o contexto e no que isso pode interferir no sujeito e na sociedade.

Artes: na BNCC, mídias e consumo são expostas de forma a compreender de forma crítica a circulação da arte na sociedade. Compreendendo, que ela estipula competências específicas para esse componente curricular, que são: “Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade.” (BNCC, 2017)

Desse modo, percebemos que a BNCC propõe uma discussão crítica em relação às produções artísticas produzidas pelo mercado, analisando as relações que isso estabelece com o consumo.

Em relação ao Referencial (2020), a Arte é considerada uma expressão humana, que envolve sentimentos, ideias e valores e através dela, a criança se apropria e desenvolve seu repertório artístico e cultural. No Referencial identificamos três propostas didáticas que envolvem a mídia.

As propostas de atividades no Referencial têm em vista, investigar a evolução tecnológica dos aparelhos, consideramos um ponto importante para debate em sala de aula. Em que os alunos podem investigar as diferentes linguagens, produções artísticas e de como isso pode impactar no consumo, já que os personagens dos filmes por exemplo, estão presentes nas brincadeiras, nos jogos, nos artefatos escolares, na alimentação, entre outros.

Ao realizar essa proposta, o educador consegue fazer uma articulação entre os dois documentos, já que na BNCC (2017) há indicativos para essa investigação do consumo e as produções artísticas produzidas pela sociedade e no Referencial, percebemos que não cita o consumo nesse componente.

Educação física: na BNCC (2017, p. 223), umas das competências para Educação Física são: “Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas.”. No Referencial encontramos apenas uma proposta que vai de encontro com essa competência, sendo em relação à alimentação saudável.

Visto que, Educação Física é uma disciplina que tem professor próprio, temos a possibilidade de fazer um trabalho interdisciplinar, a partir de Língua Portuguesa, ao investigar o gênero textual da propaganda, o professor pode partir dos diferentes produtos alimentícios que em consumo excessivo podem fazer mal a saúde e que são veiculados na mídia. Desse modo, evidenciar o impacto na saúde das pessoas e também no meio ambiente.

Ensino Religioso: na BNCC (2017) não identificamos nesse componente curricular propostas para mídia e consumo. Porém, no Referencial (2020), constatamos outra perspectiva, que vai além de conhecer as tradições religiosas presentes em nossa sociedade. O Referencial (2020) propõe atividades que visem a conscientização humana, o consumo consciente e a investigação da influência das mídias na capacidade de escolhas das pessoas, e de como filmes e propagandas podem impactar nesse poder de escolha.

Matemática: na BNCC (2017, p. 267), observa-se na competência 7, que “Desenvolver e/ou discutir projetos que abordam, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza”. Desse modo, encontramos tanto na BNCC quanto no Referencial, propostas que visem a importância do consumo consciente, distinguir os conceitos consumo e consumismo, desenvolver atitudes éticas em prol do planeta, como evitar desperdícios e utilizar da literatura como base para essa formação.

Não encontramos a mídia de forma explícita nas propostas, porém, compreendemos que elas também contribuem para o consumismo excessivo, desse modo, temos a possibilidade de planejar uma aula, listando produtos anunciados nas propagandas e que são consumidos pelas crianças.

A partir dessas propostas, conseguimos trabalhar também Ciências e Geografia, visto que, as duas estão interligadas pelas consequências do consumo excessivo no planeta, como a contaminação do meio ambiente, enchentes nas cidades, falta de água pela exploração das matérias primas para a fabricação de bens de consumo, entre outros.

De modo geral, as consequências da influência das mídias no consumo infantil afetam diretamente o planeta a longo prazo. As crianças criam hábitos consumistas a partir de suas vivências pessoais, as mídias reforçam esses

comportamentos através das propagandas e se a escola não puder contribuir para essa formação, provavelmente serão adultos que não terão essa preocupação e nem compreensão sobre os impactos do consumo ao planeta.

Compreendemos que há a possibilidade didática de trabalhar criticamente esses conteúdos, visto que, através de um projeto por exemplo na escola, podemos envolver mídias e consumo trabalhando em uma dimensão interdisciplinar todos os componentes curriculares expostos nesta pesquisa.

A BNCC e o Referencial, embora sejam um Currículo Prescrito, apontando os conteúdos necessários para a educação, em sala de aula ainda há possibilidade de haver transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresenta considerações relevantes sobre a criança e infância que temos na atualidade. São crianças que nasceram em meio às tecnologias e desde cedo dominam toda a parte instrumental dos aparelhos. Entretanto, consideramos que o mundo digital é carregado de intencionalidades e que reafirmam e atendem aos interesses capitalistas.

Desse modo, refletindo sobre as consequências que todas essas informações podem acarretar a longo prazo na formação das crianças, sendo o consumismo como uma delas. Indagamos nesta pesquisa, sobre a importância de uma formação crítica ao uso das mídias, partindo dos conteúdos que estão na BNCC e no Referencial Curricular para os Anos Iniciais do Município de Ponta Grossa. Assim, exploramos quais as possibilidades didáticas podemos construir a partir dos expostos nesses documentos.

Para responder ao objetivo geral, exploramos inicialmente no primeiro capítulo os aspectos históricos da educação no Brasil, seguindo a linha histórica que é um marco para o nosso país, que é CF (1988), que define a Educação como prioridade, sendo obrigatória, gratuita, e um dever do Estado. As discussões sobre educação, nos trouxe uma compreensão maior sobre a trajetória da Educação Básica no Brasil, pois antes de pensar na elaboração do planejamento, refletimos em uma dimensão maior, ou seja, nos fatores externos que interferem e fazem parte do processo de ensino.

Após essas discussões sobre a educação básica, abordamos as concepções de mídia a partir de Barbosa (2011), que defende essa educação com vistas à criticidade e a emancipação. Às relações de consumo na sociedade capitalista baseada em Bauman (2008, p. 71) que apresenta como definição: “A “sociedade de consumidores”, em outras palavras, representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumista, e rejeita todas as opções culturais alternativas.” Nos levando a uma dimensão maior, em como a mídia reforça esse pensamento capitalista de consumo e dessa imposição de valores e cultura, através dos conteúdos exibidos nas plataformas digitais e nos meios de comunicação.

Refletindo sobre essa sociedade consumista, adentramos as concepções de criança e infância que temos na atualidade, pois antes de pensar nas possibilidades didáticas e conteúdos, se faz necessário refletir e contextualizar sobre quem são esses sujeitos, permeados pelas relações de consumo, que interagem e se comunicam de formas distintas.

Para finalizar o primeiro capítulo, abordamos o histórico do currículo apresentado os principais conceitos, o seu percurso desde a elaboração até a implementação e de como tudo isso pode sofrer alterações dependendo de quem vai colocá-lo em prática.

Portanto, a intencionalidade de quem vai trabalhar com esse currículo prescrito é um fator crucial, pois o educar pode transformar a realidade dos seus educandos de forma crítica, trazendo esses conteúdos mais perto de suas experiências com as plataformas digitais, ou apenas agir na manutenção desses valores impostos pela sociedade consumidora. “Sem esquecer ou secundarizar, mas dando prioridade a essas experiências vividas, buscar temas de estudo na mídia, noticiários, reportagens, vídeos e jornais pode ser um recurso. (ARROYO, 2020, p.129).

No segundo capítulo, elaboramos uma análise documental da BNCC (2017) e do Referencial (2020), para identificar os aspectos gerais sobre mídia e consumo. Observamos que esses documentos são permeados por disputas ideológicas dentro do sistema capitalista, visto que, houve grandes discussões em torno das competências e habilidades estipulados pelas BNCC (2017), o que gerou certos desconfortos em relação a qual educação ela atende.

Identificamos que a mídia e consumo estão presentes dentro das dez competências e habilidades da BNCC (2017), o que nos possibilita uma abordagem em sala de aula, entretanto, ainda depende de variáveis fatores para que isso se concretize na prática. Evidenciamos dentro de uma perspectiva emancipatória na visão de educação freireana, que as mudanças podem ocorrer dentro das possibilidades, mas que a criticidade em torno dos conteúdos são necessárias para que haja a real conscientização dos alunos diante das tecnologias. Para isso, o PPP é uma ferramenta para discutir o processo de ensino e pôr em prática projetos que visem as discussões dessas temáticas.

No terceiro capítulo, iniciamos com as discussões sobre o planejamento didático, seus elementos e as fases que perpassam até se concretizar. Identificamos

que o planejamento é carregado também por intencionalidades, pois, são pessoas distintas com visões de mundo diferentes que irão trabalhar com esses conteúdos. Mas que também é um processo primordial para que realmente a educação cumpra seu papel social, pois é na sala de aula que percebemos que tudo isso, vai tomar forma.

A partir da análise das pesquisas encontradas com essa temática, pudemos perceber que de fato há sim influência da mídia no comportamento, no consumo, nas relações interpessoais e nas escolhas, tanto de crianças como de adolescentes. Observamos que as crianças das camadas populares também têm estímulos ao consumismo, embora não tenham condições, mas sentem desejo ao ver as propagandas. As pesquisas também enfatizam a importância de uma educação com vistas à mídia e ao consumo.

Por fim, analisamos os componentes curriculares, a organização das propostas de atividades e quais abordam a temática mídia e consumo. De fato, há indicativos das temáticas nos dois documentos analisados, contudo, temos uma abertura para as discussões, entretanto, não há evidências sobre os recursos nos documentos para o trabalho com mídia.

Porém, consideramos que só o fato de contemplar esses conteúdos nos documentos oficiais já é um grande avanço, por mais que os conteúdos sejam tratados como transversais, percebemos que eles estão presentes dentro dos componentes curriculares. O que possibilita um trabalho interdisciplinar com os conteúdos, dentro da realidade dos alunos, professores e comunidade escolar.

Concluimos que é uma área que necessita de investimentos por parte de nossos governantes, em pesquisas, em formação continuada para os profissionais da educação, como também na estrutura e infraestrutura das escolas, para que haja materiais para efetivar esse trabalho. Mas ainda podemos buscar alternativas na concretização dessa educação.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Eliane. B.C. de.; LEAL, Telma.F.; MORAIS, Artur.G.M. **Letramento e alfabetização: pensando a prática pedagógica**. In. Ensino fundamental de nove anos : orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade / Org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. –Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 135 p. : il.2. ed. Brasília. 2007. p.69-83.
- ADORNO, T. **A indústria cultural**. In: COHN, G. (org). Comunicação e indústria cultural. Cia Editora Nacional/Editora Universidade de São Paulo, 1971.
- ANDRADE. Hanrrikson. **UOL. Notícias**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/09/21/cresce-quase-40-o-n-dez.umero-de-domicilios-com-computador-e-internet-diz-ibge.htm>. Acesso em: 07 Dez. 2022.
- ARIÉS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ARROYO, Miguel. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 5.ed. 2013. 9º reimpressão: 2020 p.374.
- ARROYO, Miguel. G. **Indagações sobre currículo : educandos e educadores : seus direitos e o currículo**. organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 52 p.
- AGUIAR, D. C. V; NASCIMENTO, D. S. N. Consumo, consumismo e seus aspectos transversais: uma revisão de literatura. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis. v.52. 2018. DOI: 10.5007/2178-4582.2018.54740.
- BAADER. CINIRA. **Mediação comunicacional das marcas na cultura alimentar infantil**. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- BARBOSA, Márcia. D.S. Educação e mídias: uma relação delicada. In: **Olhar de Professor. Universidade Estadual de Ponta Grossa**, Pr., v.14, n. 1, jan/jul(2011). p. 15-25.
- BARBOSA, Ivone.G.; SILVEIRA, Telma. A. T. M.; SOARES, Marcos. A. A BNCC da Educação Infantil e suas contradições:regulação versus autonomia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 77-90, jan./mai. 2019. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br> Acesso em: 22 Set.2022.
- BARBOSA, A. C. A; FAVERE, J.de. **Teorias e Práticas do Currículo**. Uniasselvi, 2013. 261 p. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=16336> Acesso em :21 de Set. 2022.
- BAUMAN, ZYGMUNT. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008. 200 p.

FARIAS, I. M.S.; SALES, J.O.C.B.; BRAGA, M.M.S.C.; FRANÇA, M.S.L.M. **Didática e Docência: aprendendo a profissão**. Fortaleza: Liber Livro, 2008. p. 31-51.

BEZERRA, Wagner. da. S. **A mediação do consumo midiático no universo escolar: estudo de caso do Projeto GENTE**. 2015. 129f. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

BICUDO, M.A.V. A pesquisa qualitativa para além dos seus procedimentos. In BICUDO, M.A.V. (Org). **PESQUISA QUALITATIVA: segundo a visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 2011 p 11-28.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf Acesso em: 11 Set. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 10 Ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2017. Brasília, DF, 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc> Acesso em 16 Abri. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos transversais na BNCC**. 2019.

BREI, VINICIUS. A. ; PASDIORA, Maria. A. A formação do hábito de consumo infantil: uma análise crítica da Teoria de Consumo de Status aplicada às classes sociais altas e baixas no Brasil. **Organizações & Sociedade**. Mar. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302014000100003> Aceso em: 30 mar. 2022.

BROERING, Adriana de Souza. **A “descoberta” da infância ocidental na modernidade: quais crianças foram “colocadas nesse berço”?** Revista Linhas. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 270 – 285, jan./abr. 2015.

BUCKINGHAM, David Cultura Digital, Educação Midiática e o Lugar da Escolarização. **Educação & Realidade**, vol. 35, núm. 3, setembro-diciembre, 2010, pp. 37-58 Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil.

CAMELO, Murilo. M. Sociedade de Consumo e Produção Industrial em Massa: Influências na Sustentabilidade Ambiental. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi** - Ano 1, nº 1, out. 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: DESLAURIERS, J.P.; GROULX, L.; LAPERRIERE, A.; MAYER, R.; PIRES, A.; POUPART, J. **A pesquisa qualitativa Enfoques epistemológicos e metodológicos**/Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Cap.3. p.295-316.

CESARINO, Rita de C.M. **Representações de crianças e adolescentes participantes de um projeto social sobre consumo**. 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de Magister Scientiae) - Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2019.

Cetic.br-TIC Kids Online. Disponível em:

<https://cetic.br/pt/noticia/tic-kids-online-brasil-2021-78-das-criancas-e-adolescentes-conectados-usam-redes-sociais/> Acesso em: 15 Nov. 2022.

CERQUEIRA, Cleymenne.; GUIA, Flavia.; SOUSA, Janara. Informar, formar ou entreter? Os meios de comunicação e a formação de uma juventude crítica e cidadã. In: **Infância e Consumo: estudos no campo da comunicação**. Brasília, DF : ANDI; Instituto Alana, 2009. p.

COSTA. ANA. R. Da. S. **A CRIANÇA NA REDE: Uma análise de conteúdo da hashtag #maedeprincesas no Instagram**. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Teresina, 2021.

COUTINHO, Diego. A. **Direito Digital Do Consumidor E Algoritmos: A Influência Da Inteligência Artificial Por Meio De Algoritmos No Poder Decisório Do Consumidor**. 2020, 174. Dissertação (Mestrado em Direito)- Universidade Estácio de Sá, Campina Grande/PB, 2020.

Criança e Consumo. **Consumismo Infantil: Um problema de todos** Disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/> Acesso em: 06 set. 2022.

CURY, C.R.J.; REIS, M.; ZANARDI, T.A.C. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: dilemas e perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

JUNIOR, Euripedes. F.D.C. **A cidadania na Prateleira: uma Leitura crítica da influência midiática do Fantástico na ressignificação dos direitos sociais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FANTIN, Monica. **Mídia-educacão: aspectos históricos e teóricos**. In: Olhar de Professor. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Pr., v.14, n. 1, jan/jul(2011). p. 27-40.

FARIAS, I. M. S.; SALES, J. O. C. B.; BRAGA, M. M. S. C.; FRANÇA, M. S. L. M. **Didática e docência: aprendendo a profissão**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

FELÍCIO, H. M dos S.; POSSANI, L. F. P. Análise crítica de currículo: um olhar sobre a prática pedagógica. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 1, p. 129-142, Jan./Abr. 2013.

FRANCO, Luiz.G; MUNFORD, Danusa. Reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular: Um olhar da área de Ciências da Natureza. **Horizontes**, v. 36, n. 1, p. 158-170, jan./abr. 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. Paz e Terra, RJ.1967 p.150.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981. p. 149 (O Mundo, Hoje, v. 10).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994 (23ª ed).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Paz e Terra, RJ 2019 62ª ed.

FREITAS, M. C. **História Social da infância no Brasil**. 9ª edição Editora Cortez, São Paulo: 2016.

FUSINATTO, M. f. **Publicidade infantil e consumo: desafios para as políticas socioeducacionais de proteção à infância**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2018.

GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa**. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007.

HAYDT, Regina. C.C. **Curso de didática geral**. 1.ed. São Paulo: Ática, 2011.

INSTITUTO ALANA. Disponível em:
(<https://criancaeconsumo.org.br/consumismo-infantil/>) Acesso em: 03 abr. 2022.

INSTITUTO ALANA. **Infância e Consumo: estudos no campo da comunicação; coordenado por Veet Vivarta**. --- Brasília, DF : ANDI ; Instituto Alana, 2009. 160 p. ISBN: 978-85-99118-18-4 Disponível em:
<https://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Infancia-e-consumo-Estudos-no-campo-da-comunicacao1.pdf> Acesso em 14 Out.2022.

KELLNER, Douglas.; SHARE, Jeff. **Educação para a Leitura Crítica da Mídia, Democracia Radical e a Reconstrução da Educação**. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 687-715, out. 2008 Disponível em
<http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 19 Nov.2022.

KRAMER, S. **A infância e sua singularidade**. In: BRASIL/MEC. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2ª Ed. Brasília (DF): FNDE, Estação Gráfica, 2007, p. 13-24.

LEÃO, Danuta de. C. L. **Youtuber Mirim - a vida é um espetáculo! Observatório de formas de interação e consumo infantil nas redes sociais em Belém do Pará**. 150 fls. Tese (Doutorado em Comunicação, Linguagens e Cultura) - Universidade da Amazônia (UNAMA). Belém, 2021.

LUIZ, S.A.D.S. **Publicidade que consome a infância: o desperdício de valores duradouros por prazeres instantâneos**. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente) - Universidade de Araraquara. SP. 2016.

MICHAELIS. **Dicionário de língua portuguesa**. Disponível em:
<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/M%C3%8DDIA/> Acesso em: 15 Ago. 2022.

MOREIRA, Adriano.; SALLES, Leila. M. F. O ECA e a concretização do direito à educação básica. **R. Educ. Público**. Cuiabá, v. 24, n. 55, p. 177-198, jan./abr. 2015.

MOURA, ROLDÃO. A. de. **Consumo ou consumismo: uma necessidade humana?** **Rev. Fac. Direito São Bernardo do Campo**, v.24 n.1 2018. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Rev-FD-SBC_v.24_n.1.01.pdf
Acesso em: 15 Abr. 2022.

MULLER, Fernanda.; HASSEN, Maria. N. **A. A infância pesquisada**. PSICOLOGIA USP, São Paulo, julho/setembro, 2009, 20(3), 465-480.

NADAL, Beatriz.G.; PAPI, Silmara. De. O. G. **O trabalho de ensinar: desafios contemporâneos**. In: Práticas pedagógicas nos anos iniciais: concepção e ação/Orgs.Nadal, B.G. Ed. UEPG. 2007. p.17-33.

OLIVEIRA, Evandro. S. A. de. **Infância e cultura contemporânea: os diálogos das crianças com a mídia em contextos educativos**. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rondonópolis, 2014.

OLIVEIRA, João. F. de. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: FERREIRA, Elza. B.; OLIVEIRA, Dalila. a. (Orgs). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte. Autêntica, 2009. p. 237- 251.

OLIVEIRA, Kamila. S.N; **Currículo e Mídias: Ressonância na Formação das Pedagogas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Bahia, 2013.

PACHECO, Eduardo F. H. **Aspectos Históricos da Teorias de Currículo**. In: IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação, Curitiba. 2019.

PINTO, M.; SARMENTO, M.J.(coords.) **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Universidade do Minho, 1997.

PETERSEN, M.L.**Consumo e infância: 'De mãos dadas a caminho da escola' 2013.Dissertação** (Mestrado em Processo e Manifestações Culturais) - Universidade de Passo Fundo. 2013.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, n. 1, p. 1- 15, jul. 2009.Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 30 Jul.2022

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**.3.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SACRISTÁN, J.G. **Plano do currículo, plano do ensino: o papel dos professores/as**. In: Compreender e transformar o ensino. SACRISTÁN.J.G.; GÓMEZ, A.I.P.4.ed.Artmed. 2008.

SACRISTÁN, José Gimeno (Org.) **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Tradução: Alexandre Salvaterra, revisão técnica: Miguel González Arroyo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAMPAIO, INÊS. S.V. Publicidade e infância: uma relação perigosa. In: **Infância e Consumo: estudos no campo da comunicação**; coordenado por Veet Vivarta . --- Brasília, DF : ANDI ; Instituto Alana, 2009. 160 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Referenciais curriculares para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. 1ª Ed. Ponta Grossa/ PR. 2020. 552 p. Disponível em: < <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Referenciais-curriculares-para-os-anos-iniciais-do-Ensino-Fundamental-1.pdf>> Acesso em: 09 Jun. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Referenciais curriculares para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. 1ª Ed. Ponta Grossa/ PR. 2020. 552 p. Disponível em: < [referenciais curriculares para os anos iniciais do ensino fundamental](#) Acesso em: 09 abr. 2022.

SIQUEIRA, A. B. Mídia-educação e currículo escolar. **Salto para o futuro**, Ano XXIII - Boletim 20 - Outubro 2013. Disponível em: <https://edumidiascomunidadesurda.files.wordpress.com/2016/05/alexandra-bujokas-de-siqueira-midia-quer-estudar-essa-materia.pdf> Acesso em: 12 Jun. 2022.

Silva, Tamara. C. da. **Representações de infância consumidora no canal Luccas Neto- Luccas Toon**. 2021. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, BR-RS, 2021.

SILVA, Tomas. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Ynara.J. Meios de Comunicação e Educação-rádio, um poderoso aliado. In: CITELLI, A. **Outras linguagens na escola: publicidade, cinema e tv, rádio, jogos e informática**. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção aprender e ensinar com textos: v 6). p.133-175.

SOUZA, D.P. **Os impactos da influência da mídia no consumo infantil**. Psicologia.PT. 2014. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0879.pdf> Acesso em: 30 Nov. 2021.

TEIXEIRA, E. **AS TRÊS METODOLOGIAS**. 8. ed. Petrópolis, RJ:Vozes Ltda, 2005. 203 p.

UNESCO. Grunwald Declaration. Unesco: Grunwald (Alemanha), 1982. Disponível em: http://www.unesco.org/education/pdf/MEDIA_E.PDF . Acesso em: 12 Set. 2022.

VASCONCELLOS, Celso. S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Politico-Pedagogico**. 24.ed.São Paulo:Libertad, 2014. 205p.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

VEIGA, Ilma. P. da. **Educação Básica e Educação Superior: Projeto Político Pedagógico**. Campinas SP: Papirus, 1 ed. 2004.

VIEIRA, Andressa. B. Movimentos Sociais e Mídia: Uma Complexa Relação no Processo de Formulação da Agenda. **Tempo da Ciência**, V. 22 Número 43 1º semestre de 2015. p. 29–41,

Disponível

em:

<https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/12638> Acesso em: 19 Nov. 2022.